

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÚLIA FRANÇA DE ABREU

O PROTESTO DA AL-QAEDA

Uma análise da organização terrorista pelas lentes das Teorias de Movimentos Sociais

FLORIANÓPOLIS

2017

JÚLIA FRANÇA DE ABREU

O PROTESTO DA AL-QAEDA

Uma análise da organização terrorista pelas lentes das Teorias de Movimentos Sociais

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Profa. Mónica Salomón González

FLORIANÓPOLIS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna JÚLIA FRANÇA DE ABREU na disciplina CNM 5420 – MONOGRAFIA, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Mónica Salomón González

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan.

Prof. Jonathan Raphael Vieira da Rosa

Florianópolis, 2017

Agradecimentos:

Aos meus pais, por proverem o recurso intelectual e material necessários ao exercício da
Academia e por servirem de e reforçarem o ideal ao qual perseguir;
Às amigadas, simultâneas distrações e incentivos do ciclo da graduação;
Ao Heitor, por aturar os efeitos sintomáticos de uma monografia e ainda sim se manter como
meu principal apoio;
À Elisa, por me mostrar que meros laços de sangue de outrora poderiam se transformar em
lições de vida;
A minha família, base e nicho do instinto contestador e desafiador que reside em mim;
E a Profa. Mônica por seus ensinamentos e principalmente paciência.

“Never before in all human history has there been a cause which could unite us as a species”

- *Dr. Trask, X-men: Days of Future Past, 2014*

“pro·tes·to

(derivação regressiva de protestar)

substantivo masculino

1. Declaração enérgica e solene de que se reputa ilegal alguma coisa.

2. Promessa, demonstração de um sentimento.

3. Resolução, decisão inabalável. (...)”

-Dicionário Aurélio

RESUMO

O presente trabalho procurou explicar quais foram as condições que propiciaram a emergência, manutenção e difusão das práticas e ideias do grupo terrorista Al-Qaeda. A partir da hipótese que as teorias de movimentos sociais seriam as mais adequadas a essa tarefa, buscou-se primeiramente conhecer quais eram as teorias de movimentos sociais e como elas se aplicariam a casos com uso de violência política. Ao final, fez-se o exercício de enquadrar o grupo dentro dos instrumentos conceituais encontrados no arcabouço escolhido. Pode-se encontrar evidências que oportunidades políticas, recursos de mobilização e enquadramentos de discurso, tonaram possível o surgimento do grupo, assim como sua sobrevivência. Foi-se igualmente possível identificar que um dos meios de difusão de ideias e práticas foi o *framing global* e a dispersão entre fronteiras. Ao fazer essa investigação tornou-se patente o aspecto contingente do grupo Al-Qaeda, constrangido e construído socialmente e não um monólito como é retratado recorrentemente nas teorias tradicionais de terrorismo. Da mesma forma, contribui-se ao demonstrar que um ator não-estatal foi um influenciador da política internacional, contrariando o senso comum estadocêntrico presente nas Relações Internacionais.

Palavras chaves: Al-Qaeda; Teorias de Movimentos Sociais; Violência Política; 9/11.

ABSTRACT

The present study tried to explain which were the conditions that lead to Al-Qeda's emergence, maintenance and its diffusion of ideas and practices. Assuming the adequacy of social movement theories to put forward this task, firstly, one pursued to acknowledged which were the social movement theories and how they could be applied to cases where political violence was used. By the end of this working paper, one used the conceptual tools of the chosen framework in Al-Qaeda's case. Evidences were found that political opportunities, mobilizing resources and discourse framing made possible the group's rise and survival. It was also possible to identify the means that Al-Qaeda put through to diffuse its ideas and practices, which were global framing and transnational dispersion. By doing this investigation, it was also blatant Al-Qaeda's contingency and its social constraints and construction, not the same as the monolith traditional terrorism studies frequently picture it. Similarly, one could demonstrate a non-state actor as an international politics influencer, hence contradicting the mainstream state-centered theories in International Relations.

Key-Words: Al-Qaeda; Social Movement Theory; Political Violence; 9/11.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS OU DE CONTENCIOSOS POLÍTICOS	14
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO: ABORDAGEM TRIPARTITE E DE DIFUSÃO TRANSNACIONAL	20
2.1.1 A abordagem tripartite das Teorias de Movimentos Sociais.....	20
2.1.2 A abordagem transnacional das Teorias de Movimentos Sociais	28
2.2 OUTRAS ABORDAGENS DENTRO DAS TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS	39
2.3 TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E VIOLÊNCIA POLÍTICA.....	41
3 AL QAEDA SOB AS LENTES DAS TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS	48
3.1 O SURGIMENTO DA AL-QAEDA.....	51
3.2 O 11 DE SETEMBRO.....	64
4 CONCLUSÕES	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A presente realidade globalizada trouxe à cena mundial a velocidade nas transformações, nas comunicações e na mobilidade. Apesar das facilidades e benefícios que tal realidade representa, o seu efeito global e generalizado também permitiu que a velocidade chegasse as entidades consideradas internacionalmente como criminosas (TARROW, 2005). Essas entidades, também chamadas de organizações terroristas vêm marcando o mundo, principalmente desde o 11 de setembro, com seus atentados terroristas chamando atenção à necessidade de um melhor entendimento das mesmas (PORTA, 2009). Por esse motivo, uma de suas expoentes, a Al-Qaeda¹, será foco dessa monografia.

As definições de terrorismo costumam ser imprecisas, como vários outros conceitos de ciência social, devido a amplitude do fenômeno (EKMEKCI, 2011). Normalmente, a definição mais usual de terrorismo é a de ato ou ameaça de violência com motivação política, causado por indivíduo ou grupo de indivíduos e com intenção de gerar medo em um grupo maior do que aquele realmente atingido, coagindo-os com a finalidade de ter suas demandas atendidas (ROGERS, 2008). É considerado pela maioria dos teóricos de Relações internacionais (RI), como instrumento dos “desapoderados”² (EKMEKCI, 2011) e de atores não-estatais. Essa definição, aqui adotada, exclui outros casos de terrorismo, como o praticado por Estados, um tipo que não será contemplado, porém inclui tipos de terrorismo solitários e individuais, como os “Lone Wolves”, que tampouco serão abordados aqui.

Ainda sobre definição de terrorismo, Rogers (2008) destaca a diferença entre dois tipos de orientação: um que visa a uma mudança particular de uma comunidade específica e outro que visa uma mudança estrutural da sociedade ou de um Estado, quase sempre indicando que é apenas um início para sua internacionalização³. Chamado também, esse segundo caso, de terrorismo revolucionário, segundo a visão convencional do terrorismo, pode ser induzido por radicalismo ideológico ou religioso, por vezes uma combinação dos dois. É na segunda categoria que melhor se encaixa a Al-Qaeda⁴, fenômeno no qual essa investigação está focada. No entanto, essa investigação, irá, igualmente, refutar a ideia de que

¹Apesar do grupo terrorista Al-Qaeda ter reduzido sua influência atualmente, escolheu-se como exemplo de investigação, pois como coloca Borgen (2008), o seu modelo de funcionamento inspirou muitos outros grupos, servindo de prelúdio ao funcionamento de outras organizações.

²“Tool of the powerless” no original.

³A internacionalização do terrorismo é considerada como uma tendência que irá se manter por um longo período na visão de Rogers (2008).

⁴O nome do grupo terrorista encontra várias formas na literatura como Al Qaeda, Al-Qaida e Al Qa’ida. Preferiu-se por Al-Qaeda e manter-se-á, por questões de uniformidade.

esse grupo surgiu como uma consequência direta da ideologia religiosa, mas devido a outros fatores, mais relacionais como ver-se-á melhor a frente.

Al Qaeda, que significa a “a fundação” em árabe é um grupo terrorista que ganhou grande repercussão na mídia internacional, principalmente após os eventos de 11 de setembro de 2001, no qual grandes centros estadunidenses foram atingidos, levando a morte de cerca de três mil pessoas. O grupo, que aqui será descrito como movimento, é fortemente difuso, com diversas bases ao redor do mundo e pouco hierarquizado. No entanto, apresenta motivações e intenções claras, pautadas no fundamentalismo islâmico. Suas raízes remontam a década de 1980, porém em apenas alguns anos e com a influência de grandes líderes como Osama bin Laden e Ayman al-Zawahiri, construíram objetivos específicos que ambicionam a expurgação do Ocidente das terras sagradas do Islã. Um dos grandes diferenciais desse grupo é o uso externo da mídia jornalística, utilizado para atrair milhares a sua causa (ROGERS, 2008).

As teorias tradicionais sobre terrorismo internacional costumam tratá-lo como uma patologia, em que indivíduos são inflamados por sua ideologia, incitando o uso da violência. As teorias tradicionais também são muito criticadas por se aterem a apenas um nível específico de análise e de não o colocarem em perspectiva com os outros níveis, seja no âmbito macro, micro ou meso. Uma terceira e quarta faltas que cometeriam essa corrente convencional de terrorismo, seriam: a de retirar a violência política de seu contexto social e histórico, destituindo-a de conteúdo relacional e, por último, o fato de desconsiderar (geralmente) atores não estatais como ameaça a segurança internacional (GUNNING, 2009; PORTA, 2008, 2009).

Apesar dessas teorias terem recebido contribuições da perspectiva crítica que sanaram as últimas duas críticas, esta presente monografia acredita que as teorias de movimentos sociais (SMT) compreenderiam um conjunto teórico que contribuiriam com *insights* ao entendimento da dinamicidade e processos presentes dentro dos grupos terroristas (AMAECHI, 2013; BECK, 2008; GUNNING, 2009; LEHENY, 2005; OBERSCHALL, 2004). As SMT sintetizarem suas vertentes mais proeminentes em um sistema-teórico tripartite, expandindo o seu arcabouço de fenômenos ao considerá-los sob um todo dos contenciosos políticos, situando os movimentos terroristas como um deles e avaliando a violência política como um estilo de agir, uma tática. Tornando-se, desta forma, possível uma análise de um grupo como a Al-Qaeda, tão diferente dos estudos de casos originais das SMT, de vieses que migravam entre os pacíficos vermelhos (de esquerda), os verdes (ambientalistas) e os defensores de direitos (emancipatórios) (GUNNING, 2009).

Nesse sentido, nos últimos anos, alguns autores vêm utilizando destes recursos para o estudo de grupos envolvidos com violência política (AMAECHEI, 2013). Recursos esses que são, em suma, um debate entre a abordagem racionalista, que foca nos entraves de recursos, oportunidades e estratégias de sucesso, que durante muito tempo foi dominante, e uma segunda abordagem mais sociológica que prioriza as identidades coletivas, significado e crenças compartilhadas no entendimento das ações e surgimentos dos movimentos sociais (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). Conjuntamente, por causa da proliferação dos movimentos sociais transnacionais, esse programa, que estuda a difusão das práticas e ideias dos grupos através de fronteiras, começa a fazer parte também das disciplinas de Relações Internacionais (RI) (FINNEMORE, SIKKINK 2001). E é nesses dois domínios das SMT, o tripartite o e transnacional, que ir-se-á focar essa investigação.

A presente pesquisa, nesse sentido, terá como norte a seguinte pergunta: quais foram as condições que propiciaram a emergência, manutenção e difusão das práticas e ideias do grupo terrorista Al-Qaeda?

Tem-se por hipótese que os processos de surgimento, manutenção e difusão transnacional da ideologia e das atividades do grupo Al-Qaeda possuem paralelismos com processos de outras organizações transnacionais, também chamadas de movimentos sociais transnacionais, cujos estudos e teorizações foram, em sua maioria, baseados em movimentos de cunho mais democrático. E quando o foco é local, a Al-Qaeda possui aproximações com suas contrapartidas seculares e nacionais, no que tange aos seus condicionantes de emergência e manutenção, os recursos de mobilização, o contexto político e os enquadramentos de discursos - respeitando os distanciamentos inerentes ao contexto político, cultural e social.

O objetivo geral dessa monografia é explicar a emergência, a difusão transnacional das práticas e ideias, além da manutenção d'Al-Qaeda. Tem-se como objetivos específicos, baseando-se no referencial teórico das teorias de movimentos sociais (SMT), os seguintes itens: a) identificar quais teorias são mais adequadas para desenvolver a pergunta proposta; b) demonstrar a aplicabilidade do quadro das SMT em movimentos que usam a violência política como tática – diferentemente dos casos usuais; c) aplicar as SMT escolhidas no caso da Al-Qaeda, a fim de refutar ou reiterar a hipótese.

Sendo assim, essa pesquisa se justifica, primeiramente por ensejar um dos motivos de se realizar ciência, responder a uma pergunta, nesse caso a pergunta de pesquisa e pela natureza acumulativa, falível, explicativa e verificável do conhecimento científico (FERRARI,1992). Em segundo lugar, através das ferramentas compostas pelas teorias mencionadas, seria possível a melhor compreensão, de um fenômeno já conhecido

(FERRARI, 1992; QUIVY, CAMPENHOUTD, 1998), a Al-Qaeda. Em terceiro, caso bem-sucedida, a investigação poderá abrir portas a pesquisas mais aprofundadas e outras verificações, inclusive de outras organizações criminais transnacionais, como o recente ISIS, utilizando-se ainda de outras abordagens existentes nas SMT, possibilitando o controle de efeitos que poderiam ser mais dramáticos (FERRARI, 1992), pois poderá num futuro “discernir a margem de manobra dos ‘atores sociais’” (QUIVY, CAMPENHOUTD, 1998, p. 42). Como quarto ponto, pelo terrorismo ser uma temática que frequentemente vigora nas mais altas prioridades dos grandes líderes nacionais, até por seu aumento recente de eventos (ou ataques), uma nova visão que o enquadre de forma mais global (como pretende mostrar esse trabalho) será no mínimo profícua. Além da relevância e atualidade que o tema apresenta, principalmente num período pós-Guerra Fria, que inclui entre as grandes ameaças o Terror e, como dito, o aumento da frequência de ataques terroristas transnacionais (como os de Paris, Charlie Hebdo e do Bataclan, de Bangladesh, Orlando, Turquia entre outros, em 2015 e 2016), justifica-se a escolha do tema também por preferência pessoal.

Escolheu-se a Al-Qaeda como fenômeno em cheque, devido a visibilidade que a mesma ganhou com seus ataques ao Ocidente, o que possibilitou que um grande número de trabalhos fossem dedicados a desvendar sua história e características. Permitindo assim, a existência de uma boa base bibliográfica sobre a qual se debruçar. Igualmente, como revelado acima, esse grupo deu margem a um novo tipo de terrorismo que tem influenciado grupos mais recentes (BORGEM, 2009). A sua atuação e influência transnacional e na política internacional, também torna a Al-Qaeda mais interessante para um estudante de RI (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a), o que também justifica a opção por uma segunda pergunta de pesquisa e pela segunda abordagem do referencial teórico: a abordagem transnacional, que busca entender suas dinâmicas de difusão. E também, ao escolher abordagem tripartite, espera-se entender um pouco mais sobre a emergência e manutenção da Al-Qaeda. Como explana Tarrow (2005), todo movimento social transnacional, tem uma fonte local.

Justifica-se igualmente a escolha do tema, pois se obtiver bons resultados irá contribuir tanto para os estudos do terrorismo, como para as SMT, devido as suas respectivas lacunas. Entretanto, não se pretende aqui produzir uma panaceia para os problemas nas vertentes tradicionais de estudo da violência política ou das SMT, mas sim gerar descobertas que possam contribuir com o campo das relações internacionais. Visto que, as SMT desenvolveram-se muito ao longo dos anos por meio do estudo de diversos tipos de contenciosos políticos e perspectivas diferentes, que vêm de uma tradição multidisciplinar,

que por sua vez, gerou um *ethos* de flexibilidade e criticismo dentro da área, pode-se inferir que elas sejam um campo prolífero e confiável para análise científica (GUNNING, 2009; LEHENY, 2005). Tampouco tem-se a presunção de conseguir identificar todos os indicadores que podem ter gerado as condições de emergência e manutenção do grupo, mas far-se-á um esforço para analisar a influência de alguns deles dentro do referencial teórico mencionado. Cumpre notar por último, embora exista o desejo de uma pesquisa menos enviesada ao Ocidente, que se tem ciência do sistema cultural em que nasceu as SMT e a autora deste trabalho, não permitindo por vezes que nuances imanentes a essas diferenças sejam neutralizadas.

Para finalizar, montar-se-á uma estrutura de organização conseguinte com as demandas do referencial teórico, que explica as causalidades que levam a emergência de um grupo e sua manutenção (no sentido de sobrevivência), fazendo-se necessária uma abordagem episódica de quando surgiu o grupo terrorista em questão que demonstrará o como e o porquê referentes a primeira parte da pergunta de pesquisa. Os processos políticos que ocasionaram o nascimento da Al Qaeda remontam o porquê, os recursos mobilizados e os processos de *framings*⁵ utilizados, o como – todos esses aspectos são melhor elaborados, incluindo o motivo de terem sido selecionados no próximo capítulo.

Quanto a segunda pergunta, apesar de ser utilizado um outro referencial teórico para alcançar seu objetivo, esse referencial ainda possui a mesma origem que o da pergunta anterior. Isto é, ainda se enquadra dentro das SMT. Por isso e de novo se fará uma análise através de um episódio para entender quais foram os processos que envolveram a difusão das ideias e práticas do grupo transnacionalmente. Em virtude disso, escolheu-se quiçá a mais famigerada operação do grupo Al- Qaeda, o 11 de setembro.

Para concluir, em virtude do grande conhecimento que já se tem do objeto de pesquisa, a Al-Qaeda, optou-se por realizar diretamente um capítulo de contestação entre teoria e objeto, que confirmará ou falsificará a hipótese desta monografia, sem que haja um capítulo especialmente voltado ao grupo. Usar-se-á de fontes primárias e secundárias (como obras bibliográficas, periódicos, jornais, relatórios e artigos publicados) de forma que a pesquisa se dará de forma indireta, sem o uso de entrevistas, que faz-se impossível posto aos recursos disponíveis e o contexto do grupo Al-Qaeda – de alta periculosidade e criminalidade-, além de diversas nuances de seus casos serem mantidos em confidencialidade por investigações governamentais.

⁵ Cumpre notar que por vezes o *framing* pode indicar também o porquê da mobilização.

Destarte, essa monografia está organizada em, primeiramente, uma introdução – onde se vê uma breve descrição do tema, apresenta-se as perguntas, a hipótese, a justificativa e métodos de organização do que se verá a seguir. Em segundo lugar, um referencial teórico, que abordará as SMT, também chamadas de contenciosos políticos, no capítulo 2 (Teorias de movimentos sociais ou de contenciosos políticos). Dentro desse mesmo capítulo, abre-se uma outra seção (2.1 Referencial teórico: as abordagens tripartite e de difusão transnacionais) na qual mostrar-se-á a abordagem tripartite das teorias de movimentos sociais (2.1.1 A abordagem tripartite das teorias de movimentos sociais), a abordagem transnacional dos movimentos sociais (2.1.2 A abordagem transnacional das teorias de movimentos sociais) e outras abordagens de igual relevância dentro da área, mas que não serão utilizadas aqui (2.2 Outras abordagens dentro das teorias de movimentos sociais). Depois, ainda no capítulo 2, versar-se-á sobre estudos dentro das teorias de movimentos sociais que tiveram como enfoque a violência política (2.3 Teorias de movimentos sociais e violência política). O terceiro capítulo tratará de um contraste direto entre o referencial teórico e o objeto de pesquisa (3 Al Qaeda e Teorias de movimentos sociais), com o objetivo de contestar a hipótese, dividindo-a em duas seções menores, a primeira que considera mais o nível local (3.1 O surgimento da Al-Qaeda) e a segunda que retrata o nível transnacional (3.2 O 11 de setembro). Finaliza-se com uma conclusão, onde serão retomados os principais pontos analisados, as descobertas e considerações para futuras pesquisas.

2 TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS OU DE CONTENCIOSOS POLÍTICOS

As SMT podem ser vistas como um arcabouço teórico multidisciplinar, com ao qual se pode abordar todos os tipos de contencioso político (GUNNING, 2009; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). Tilly, McAdam e Tarrow (1996a, 2009), em um esforço de polinizar e enriquecer as teorias que envolvem movimentos sociais, preferiram classificar o seu objeto como contenciosos políticos, pois assim criar-se-ia um ponto comum entre muitas áreas de investigação⁶. Os mesmos pesquisadores dessas áreas se beneficiariam de outras que antes, quando se optava por objetos mais estreitos, tinham sido especializadas, separadas e fragmentadas em estudos de movimentos sociais⁷, revoluções, ação coletiva, etc. Por exemplo, pesquisadores de movimentos sociais normalmente têm sua preocupação em origens, bases sociais e dinâmicas do fenômeno, enquanto os estudos de revolução possuem foco também em origem, mas evitam as partes sobre organização e dinâmica, enfatizando resultados alcançados (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b). Optou-se por essa iniciativa, pois apesar de que quando o campo surgiu ele era fragmentado e compartimentalizado entre diversos tipos de estruturalismo e teorias de escolha racional, hoje essas ramificações constroem em conjunto o núcleo duro das pesquisas sob a égide dos “contenciosos políticos” (EDELMAN, 2001; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

Para os três autores citados, uma interação coletiva pode ser considerada um contencioso político se satisfizer duas condições: que exista algum tipo de disputa ou demanda vinculada a outros interesses e que um dos atores, mesmo que indiretamente ligado ao confronto, seja um governo - possuidor do monopólio legítimo dos meios de coerção de um determinado território, cujo papel normalmente é de terceira parte. Os três autores acreditam, igualmente, que os processos políticos - revoluções, movimentos sociais, rebeliões, guerras civis, greves, ação coletiva, etc -, apesar de diferentes, possuem semelhanças causais. Por esses motivos, uma síntese sob o objeto de contenciosos políticos seria benéfica (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a, b).

⁶ É digno de nota, que essa investigação tem ciência que essa perspectiva integrativa não é acompanhada de consenso na área das SMT, tendo porém, sido usada por outros autores como Zald e McCarthy, Donatella Della Porta e Diani, Snow e Aminzade à partir da década de 1990 (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

⁷ Por razões de praticidade, muitas vezes será preferido o uso do termo “movimentos sociais” até pelo mesmo estar presente nos textos de referência, mantendo assim a fidelidade. Entretanto, cumpre ressaltar que mesmo com essa preferência as definições e teorizações seguintes também se referem aos outros contenciosos, como também é admitido por autores como Tilly, McAdam e Tarrow (1996a, 1996b). Outro termo que também pode ser usado é “estruturas de mobilização”, ou *mobilizing structures* no original (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

Os movimentos sociais, por sua vez, são definidos como ações formais ou informais *bottom-up*⁸, antagônicas às ações *top-down*⁹ que seriam aquelas perpetradas por elites, governos, Estados e contra-movimentos (BECK, 2008). Mais precisamente, os movimentos sociais se definem como “uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder”, no qual as primeiras são questionadas pelas segundas, em nome de uma população que se sente de alguma forma afetada e ao fazer isso, cria e afirma uma identidade coletiva (MCADAM; TARROW, TILLY 1996a, p. 21).¹⁰ As manifestações públicas de um movimento, têm o fim de assegurar que os participantes desse movimento são merecedores, unificados e comprometidos, mas também de manifestar as demandas - que por outras vias convencionais foram negligenciadas - às autoridades¹¹ (GUNNING, 2009; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a) Essas demandas, ao contrário do senso comum que projeta manifestações pacíficas como passeatas, também podem ser manifestadas através de “ataques devastadores” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.261). Outra definição possível de movimentos sociais, que complementa e de certa forma sintetiza a anterior, é a de que são “redes informais, que se fundamentam em crenças comuns e solidariedade, que se mobilizam por causa de questões conflituosas, através do uso frequente de muitas formas de protesto” (GUNNING, 2009, p.156). Igualmente, segundo Tarrow, McAdam e Tilly (1996a), o número e comprometimento dos participantes são intimamente relacionados. Por exemplo, no final de um ciclo¹² do movimento, já com menos pessoas, o comprometimento tende a ser maior e as pessoas são mais dispostas a correr mais riscos por uma causa.

Nesses moldes descritos, pode-se dizer que os movimentos sociais existem há milênios, desde os tempos das rebeliões religiosas e tribais contra impérios. Entretanto, a partir dos regimes ocidentais parlamentares do último século, surge um novo tipo de movimento social, o de luta política nacional, que foi base das pesquisas no campo das SMT de caráter Ocidental (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

⁸ *Bottom-up* são processos de baixo para cima. Nesse caso refere-se aos processos provindos das populações em direção as elites políticas; de um estamento social mais inferior para estamentos mais altos.

⁹ *Top-down* ao contrário de *bottom-up* são processos de cima para baixo.

¹⁰ Essa definição exclui outras definições possíveis de movimentos sociais como as que consideram interações de poderosos com poderosos, pois que essas últimas perderiam a conexão de causalidade que têm os movimentos sociais, revoluções, rebeliões, nacionalismo, entre outros de base popular caracterizados por disputas entre dominantes e subordinados (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a)

¹¹ Do contrário os indivíduos tendem a esperar que os outros se manifestem por eles, chamado de problema do *free-rider* (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b). Existe uma versão fraca do problema do *free-rider* que sugere que se não houver benefícios aos participantes a mobilização será inferior ao nível ótimo (MCCARTHY, ZALD;1997).

¹² O tema de ciclos será melhor explanado abaixo.

Dentro de uma contemporaneidade na qual as instituições democráticas são amplamente difundidas, para Tarrow, McAdam e Tilly (1996a), os movimentos sociais só conseguem produzir alguma mudança se forjarem alianças de consciência ou de interesses com membros no sistema político; serem símbolo de uma ameaça passível de interromper processos políticos; ou ainda que façam com que as autoridades sejam pressionadas por detentores de poder externos. Os autores vão afirmar igualmente que a causa de uma ação coletiva não pode ser relacionada a grupos específicos, que não existem grupos inerentemente orientados para se manifestar, mas condições que levam a tal; também, que os participantes podem estar simultaneamente trabalhando por meios convencionais como em partidos ou jornais; e que as interações com os meios convencionais e os grupos de interesse, podem ser as mais variadas, partindo da competição por apoio e espaço, à cooperação¹³. Entretanto, cumpre notar, que se pode extrapolar o uso das teorias mesmo fora do contexto democrático, pois os achados sobre variação das oportunidades políticas impactando nos movimentos sociais sugerem um campo fértil para tal (GUNNING, 2009; LEHENY, 2005; OBERSCHALL, 2004; PORTA, 2009).

Posto que a maioria das SMT foram produzidas em sistemas democráticos liberais e baseiam-se em sua maioria em casos reformistas do Norte (hemisférico) e dada a segmentação dos campos de pesquisa (EDELMAN, 2001; GUNNING, 2009; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009) a capacidade de extrapolá-los a contextos não-democráticos leva a novos enigmas dentro das SMT que possuem poucas respostas ainda, mas que se inclinam para o lado da possível generalização, com conceitos que dependam em grande medida de condições universais além das especificidades, como identidade política, cidadania e nacionalismo, facilitadores de uma globalização dos movimentos (GUNNING, 2009; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). Para alguns teóricos (MCADAM, TARROW, TILLY, 1996a; BECK, 2008) a chamada globalização política¹⁴ produziu um forte efeito sobre a ação coletiva: os movimentos transnacionais, que serão melhor explicados a frente. Em outro artigo, McAdam, Tarrow e Tilly (1996b) afirmam que estrutura democrática vai alterar a

¹³ De novo, vê-se como nesse caso a preferência de definir o objeto como contencioso político acaba por captar mais nuances, que só a definição como movimento político não abrangeia, como o uso de meios convencionais políticos concomitante aos meios alternativos, de acordo com seus recursos, oportunidades e restrições (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). Para mais informações sobre a simbiose entre meios convencionais e movimentos sociais autorreferenciados vide Tarrow, McAdam e Tarrow (1996a)

¹⁴ Globalização política, de forma sucinta, se refere ao fenômeno ao qual teóricos das RI creditam à interdependência econômica internacional o crescimento econômico, a consciência da desigualdade entre hemisférios, as fortes massas de migrações, o crescimento da comunicação mais rápida e interdependente, que por sua vez gerou uma população mundial culturalmente e comparativamente mais unificada que antes (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

forma como os movimentos agem no tocante, principalmente, a violência e a ameaça à estrutura de poder vigente. De tal forma que, em estruturas mais democráticas, os agentes aceitam seu papel subordinado as autoridades e procuram agir por meio de manifestações mais pacíficas e “moralmente” aceitas. Enquanto em estruturas políticas menos democráticas, ações mais violentas podem se fazer presentes, assim como objetivos de subverter a ordem política e não apenas nuançá-la também acabam sendo característicos (PORTA, 2008). Em um terceiro momento (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; PORTA, 2008), vai-se admitir o estudo do terrorismo dentro dos campos circunscritos à disciplina de contenciosos políticos, admitindo assim o estudo da violência política, que será melhor elaborada em outra seção, devido a atenção dada por alguns autores a esse tipo de contencioso, conjuntamente com guerras civis e insurgências.

Considerando que a definição acima de movimentos sociais ou contenciosos políticos pode compreender um grande quadro de teorias, fica impossibilitada uma revisão teórica que abranja o todo. Sendo assim, conter-se-á a uma revisão parcial, mostrando as primeiras investigações sobre movimentos sociais, evoluindo aos paradigmas que obtiveram mais destaque ao longo dos anos no estudo das SMT – que irão enquadrar o presente objeto de estudo-, focando-se naqueles que serão utilizados por essa pesquisa, devido a sua maior difusão e capacidade de generalização.

Nesse sentido, as abordagens encerradas nas SMT, podem ser divididas em tradicionais e contemporâneas. As tradicionais, ou teorias de comportamento coletivo, corresponderiam às supracitadas primeiras investigações, que foram desenvolvidas por volta da metade do século XX (AMAECHEI, 2013). Essas primeiras teorias tratavam os movimentos sociais como anomalias. Viam-se os movimentos como consequências de insatisfação e tensão social (viés estrutural funcionalista) ou como consequências de algum tipo de carência (teorias de privação) (AMAECHEI, 2013; JENKINS, 1983; TARROW, 1988).

Segundo o enfoque estrutural-funcionalista, seriam as condições sociais que motivariam os cidadãos a contrariar o padrão vigente. Segundo essa visão, o problema fundamental seria entender os incentivos e custos que levam a um indivíduo a se engajar, visto que o resultado almejado não é garantido (BECK, 2008). No entanto, apenas insatisfação não é o bastante para explicar a emergência de movimentos sociais, pois nem todas as insatisfações e tensões tem gerado movimentos (AMAECHEI, 2013; BECK, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009) e outros fatores mais racionais como ideologia, recursos e carisma têm um grande papel na evolução dos contenciosos políticos (AMAECHEI, 2013). Pode-se criticar essa visão, por ela não explicar as mudanças sociais que os

movimentos sociais promovem (como agentes), nem mesmo como ocorre o processo de mobilização. Outra crítica a esse enfoque é sua redução da explicação em relações de causalidade. Ou seja, que para este enfoque há um relação direta e exclusiva entre contexto social e mobilização, com a única causa necessária à manifestação sendo o descontentamento social, dando a entender que a ação coletiva seria um fenômeno irracional ligado a forças externas (ou pressões da sociedade), não intencional, (AMAECCHI, 2013), como sugerem as teorias de “psicologia das massas”, que ignora motivação através de produção de significado, e as desenvolvidas por Marx, que interpreta com certo reducionismo o objetivo das classes (KURZMAN, 2008).

Já as teorias de privações foram conduzidas por sociólogos que discordavam da visão estrutural-funcionalista e encontraram explicações na teoria de privação relativa. Para essa teoria as razões principais para a emergência de movimentos sociais são de fundo psicológico. Ao encontrar alguma privação, seja econômica ou social, os indivíduos procurariam algum tipo de compensação, através de meios alternativos como, por exemplo, a ação coletiva (AMAECCHI, 2013; TARROW, 1988). A percepção de uma privação, ou carência, no entanto, não necessariamente levaria a ação coletiva. Para que isso acontecesse, segundo a teoria em questão, seria necessário que os indivíduos também se enxergassem como merecedores daquilo que estariam sendo privados, que aumentaria o seu bem-estar. Além disso, os meios individuais e convencionais de ação não poderiam ser considerados como suficientes para alcançar as suas demandas (AMAECCHI, 2013; EDELMAN, 2001).

Essa visão também encontra críticas. A primeira seria que, empiricamente, quem participa dos movimentos sociais seriam indivíduos em estamentos sociais mais altos, de classe média e não indivíduos que enfrentam fortes privações. A segunda, seria de novo o problema da causalidade, pois não se pode comprovar que é o descontentamento que leva a contenda. Pode-se apenas considerar a privação como um facilitador (AMAECCHI, 2013; EDELMAN, 2001).

As teorias tradicionais foram levadas à prova durante as manifestações de cunho da “Nova-Esquerda” – movimentos que defendiam causas emancipatórias, de direitos humanos, civis, meio ambiente e pró-paz - quando não conseguiram explicar completamente o porquê da mobilização e como ela ocorria (EDELMAN, 2001). Em contrapartida, as teorias contemporâneas não formulam apenas explicações sócio-psicológicas para as dinâmicas dos movimentos, mas também se ocupam das dinâmicas de recursos, estruturas, oportunidades políticas e processos históricos e culturais dentro das ações coletivas (AMAECCHI, 2013), por

acreditar que a ação coletiva é uma escolha racional estratégica movida por esses aspectos (KURZMAN, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

Consequente McAdam, Tarrow e Tilly (1996b), em um primeiro momento, a área de contenciosos políticos se agitou em torno das perspectivas estruturalistas que floresceram com o trabalho de processos históricos e macrossociais (e.g Skopcol em 1979), se ramificando e especializando em campos diversos, mais sociológicos ou políticos. Para depois dar-se atenção a entrada da escolha racional cuja descendência vinha dos estudos econômicos (e.g. Olson em 1965) focados em ação coletiva, mais especificamente na motivação individual (ou não) para agir coletivamente. Mais tarde, o novo foco recairia sob “virada” cultural, inspirada em pesquisas marxistas das décadas de 70 a 80 (na Europa), que daria mais ênfase aos aspectos de produção de significado, mais subjetivos¹⁵ - também com influência do paradigma construtivista e da psicologia (nos Estados Unidos) (e.g. Goffman 1974) (EDELMAN, 2001; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). Ainda mais tardiamente, os estudiosos de política de contenciosos, a partir de uma brecha aberta por pesquisadores de normas internacionais, da sociologia institucional e de estruturas domésticas dentro do campo de RI - que trouxe à tona a ligação do doméstico e internacional, muitas vezes negligenciada ou posta como espectros segregados dentro do *mainstream* das RI – e de alguns eventos específicos que serviram como suporte à análise¹⁶, conseguiram convergir seus trabalhos anteriores em um novo nível de atuação, o transnacional: contenciosos políticos transnacionais. Cada uma dessas perspectivas foi elegida por diferentes estudiosos que as exauriram ao ponto de já ser possível identificar suas limitações e pontos fortes. Entretanto, de acordo com McAdam, Tarrow, Tilly (2009) apenas alguns pesquisadores tentaram a síntese, transformando esse tipo de abordagem em algo relativamente novo e controverso, mas que já demonstrou resultados.

Dentro das pesquisas contemporâneas, então, primeiramente apresentar-se-á o paradigma dominante e um dos referenciais que será utilizado por esse trabalho, que em verdade é um paradigma tripartite: de recursos de mobilização, de oportunidades políticas e *framing*. Seguido da descrição de um paradigma mais recente dos movimentos transnacionais que complementaria o primeiro quanto ao caso escolhido, a Al-Qaeda. Ainda uma terceira parte, que consiste em uma passagem por outras perspectivas teóricas importantes dentro das SMT, que serão descritas para se poder ter uma ideia melhor do escopo em que se encontram,

¹⁵ Kurzman (2008) vai deixar claro que as teorias mais racionalistas também levavam em conta fatores como identidade coletiva, moralismos e narrativas. Contudo, esses frequentemente eram subestimados.

¹⁶ Pode-se encontrar uma explicação mais detalhada de quais eventos e de como surgiu o espaço de pesquisa mencionado em Tarrow, “Transnational Politics: contencion and Institutions in International Politics” (2001).

como as perspectivas mais culturais, os estudos de redes, sobre radicalização¹⁷ e a dos resultados dos movimentos sociais. E ainda uma última seção, que diferentemente de abordagem ou perspectiva dentro das SMT, dá espaço a uma diversificação de objeto ou vinculação política, os estudos sobre violência política, que fogem ao comum dos grupos com “bons” objetivos, ou melhores aceitos dentro da comunidade internacional.¹⁸

Segundo Beck (2008) as outras abordagens das SMT como a de ciclos e resultados (que estão fora do escopo dessa pesquisa, mas que serão brevemente descritas) abordam mais especificamente as questões como identidade, comprometimento e recrutamento, os efeitos dos ciclos e das repressões estatais e, por fim, os efeitos e eficácia que obtém. Enquanto as duas seções referentes às abordagens utilizadas por essa investigação, a tripartite e a transnacional, permitem enquadrar um caso estudado nas conceituações de movimentos sociais, mas também entender como eles emergem, se estruturam, se sustentam e se difundem transnacionalmente – que seria resposta à pergunta de pesquisa.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO: ABORDAGEM TRIPARTITE E DE DIFUSÃO TRANSNACIONAL

Como destacado acima o referencial teórico deste trabalho tange apenas uma fatia do que constitui toda a gama de teorias sobre movimentos sociais. Tendo em vista que a pergunta de pesquisa propõe descobrir o motivo e a explicação da emergência e difusão das práticas e ideias do grupo Al-Qaeda que por hipótese possui paralelismo com os movimentos sociais transnacionais e nacionais, mostrar-se-á nessa seção a abordagem que alude ao como e por quê surgem os movimentos sociais, para depois explicar a sua difusão ao âmbito transnacional.

2.1.1 A abordagem tripartite das Teorias de Movimentos Sociais

“The first step to such a synthesis is to review the three major approaches as they are reflected in the study of contentious politics and demonstrate

¹⁷ Radicalização é quando indivíduos e organizações adotam estratégias violentas, ou ameaçam usá-las, para alcançar fins políticos (OLESEN, 2009).

¹⁸ Por comunidade internacional pretende-se fazer alusão aos Estados, que se reconhecem como soberanos de seus territórios reciprocamente e estão de acordo com normas do Direito Internacional, firmadas a partir de acordos e Organizações Internacionais, cujo caráter implica como crime o terrorismo internacional e enquadra o grupo em questão como criminoso.

their openings to one another. The second will be to explore how an emphasis on the political process can provide a terrain for their integration. And the third is to try to bridge the gap between the study of Western reform movements and other forms of contentious politics (...).”

-MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b, p. 4

As SMT, nas últimas décadas e em sua maioria têm se aglutinado ao redor de um núcleo de 3 facetas: dos recursos de mobilização, das oportunidades políticas e do *framing* (BECK, 2008; BENFORD; SNOW, 2000; KURZMAN, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, 1996b). Essas três vertentes, inicialmente, foram reflexo do debate entre escolha racional (que é representada pelas duas primeiras) e a perspectiva construtivista dentro das políticas comparativas (a qual a terceira faceta representaria) que poderia ser resumido em um debate de estratégia ou interesse *versus* identidade (BECK, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). Os dois lados¹⁹ disputam para descobrir se os atores seriam motivados pela vontade de expressar sua identidade ou se teriam uma motivação mais estratégica, visando seu sucesso. Embora os teóricos de movimentos sociais tenham se polarizado durante décadas entre uma dessas vertentes, atualmente as SMT tendem a mesclar e admitir a importância das três correntes (BECK, 2008). Tilly, McAdam e Tarrow (1996a), por exemplo, afirmam que os participantes de ações populares, vão sempre produzir alguma síntese entre identidade e interesse, mesmo antes do surgimento das novas SMT²⁰ e dos movimentos do início do século XIX, que eram considerados extremamente estratégicos. Igualmente, para McAdam, Tarrow, Tilly (1996b), usar da interpretação culturalista, sem uma fundação racional e alguma conexão com constrangimentos estruturais, faria com que tudo que é político ficasse mergulhado numa confusão de significados. Sendo assim, para esses autores seria mais profícuo uma fusão entre as três diferentes facetas. Mais recentemente,

¹⁹ Cumpre notar, que o debate pode assim como a nova perspectiva ser definido com trifacial, de bases institucionalista, de escolha racional e culturalista (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

²⁰ As novas SMT serão melhor explicadas abaixo, mais possuem uma base mais sociológica-cultural.

vem-se buscando entender quais conceitos são melhores para entender cada aspecto e estágio dos movimentos (FINNEMORE; SIKKINK, 2001).²¹

De maneira geral, as três facetas procuram explicar qual o motivo e quando nascem os movimentos sociais. Essas teorias foram fortemente inspiradas pela experiência do oeste europeu e americana dos anos 1960 (BECK, 2008), apesar de as teorias culturais como o *framing* terem sido também fortemente usadas como explicação das revoluções camponesas do Terceiro Mundo (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

A partir dessa experiência surge, dentro das perspectivas estruturais, a abordagem dos recursos de mobilização que enfatizava que ações coletivas, necessitariam de recursos materiais e uma base de apoiadores para se sustentar (AMAECHEI, 2013; BECK, 2008). Segundo Finnemore e Sikkink (2001) essa vertente, que se originou nos Estados Unidos, prioriza “estratégia, organização, racionalidade, expectativas e interesses” (FINNEMORE; SIKKINK, 2001, p. 409) dos movimentos sociais. Tendo seu berço nos estudos de McCarthy e Zald, que buscavam uma resposta ao problema do *free-rider* trazido pela escola da escolha racional, a perspectiva de mobilização de recursos, após observar os movimentos sociais entre 1960 e 1970, apresentou alguns dos motivos que dariam ignição à ação coletiva: maiores recursos pessoais (com maiores rendas as famílias têm maior tendência a colaborar com os movimentos sociais e doar mais seu tempo), profissionalização (que se tornou cada vez mais necessária no mundo moderno, complexo e especializado), organização, participantes, e suporte financeiro externo (limitado) (JENKINS, 1983; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b; MCCARTHY; ZALD, 1997). Cumpre notar que para os dois autores, as privações e demandas estariam também presentes como motivações à mobilização, porém de forma secundária, diferentemente das primeiras escolas sobre movimentos sociais que as colocavam como fator número um (MCCARTHY; ZALD, 1997).

Para Beck (2008) os recursos a disposição e os métodos em que são dispostos seriam o grande problema por trás dos movimentos sociais. Uma das respostas encontradas para esse problema foi a já mencionada, estrutura de organização, que teria a função de atrair participantes, procurar por recursos e formalizar a ação (AMAECHEI, 2013; BECK, 2008, TARROW, 1988). Já estabelecida, uma organização vai se formalizar, gerando um corpo de profissionais que gerencia as ações coletivas, adaptando-as às condições presentes (BECK,

²¹ Embora não sejam discutidas nesse trabalho, quando se sintetiza a tríade de diferentes perspectivas (racionalistas, estruturalistas e culturalista), alguns questionamentos meta-teóricos aparecem como os sugeridos: “qual natureza da cultura, a relação que ela tem com estrutura social, qual a viabilidade das explicações de escolha-racional, o problema do agente, entre outros” (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b, p.1).

2008). A organização de uma ação coletiva funciona como qualquer outro tipo de organização e, por isso, apenas depois de cumprir seu objetivo fundamental de sobreviver, ela estaria apta a perseguir seus outros objetivos (MCCARTHY; ZALD, 1997).

A necessidade, porém, de uma estrutura de organização formal não é unanimidade entre os autores, muitos acreditam que ela, pelo contrário, minaria a ação coletiva, ou então que poder-se-ia apropriar de uma organização já existente para agir (como o caso dos movimentos de direitos humanos que floresceram nas Igrejas Negras) (BECK, 2008). Outros argumentos encontrados no tangente à organização, diferem sobre a necessidade de uma hierarquia sólida e uma estrutura formal, ou se uma rede descentralizada, ligando seus participantes por uma ideologia abrangente, com pouca divisão de trabalho seria a mais eficiente (JENKINS, 1983). Entretanto, como argumentam Milani e Laniado (2007) a organização em si, no seu significado mais amplo, é um recurso base para qualquer tipo de ação coletiva, pois ela a instrumentaliza, convergindo-se nela os ideais, propostas e táticas dos indivíduos que participam. Inclusive, dependendo dos objetivos que um movimento tenha, sua estrutura tende a assumir formas variadas. Por exemplo, uma estrutura mais segmentada, gera maior laço entre os participantes e reforça ideais comuns. Sendo igualmente, mais adaptável, mais suscetível à experimentação de táticas, competição entre células e tendo menor vulnerabilidade à repressão por agentes externos. Enquanto estruturas mais burocráticas, são mais adaptáveis a objetivos de mudança institucional, são mais tecnocratas e coordenadas.

Para Jenkins (1983), o pontapé inicial de uma organização é dado por empreendedores. No caso de organizações que envolvem fortes crenças, como as religiosas, a tendência é que esses empreendedores apareçam no formato de líderes, que identificariam descontentamentos na população e os adaptariam para a formação da ação coletiva. Jenkins também alude as crises geradas por elites, ameaçando o modo de vida da população, como ponto focal para o surgimento desses empreendedores – o que nos leva a segunda perspectiva das três que serão relatadas na presente seção.

O segundo ponto, dentro da perspectiva estrutural e uma das primeiras áreas a ser estudada com foco em contenciosos políticos na década de 1960 (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b), são as oportunidades políticas e constrangimentos externos à organização que tornam a manutenção ou o nascimento de um contencioso político mais provável (BECK, 2008; FINNEMORE; SIKKINK, 2001; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). A emergência dos movimentos sociais dependeria não somente dos recursos de mobilização, mas também do ambiente político ou das condições sociais em que se encontra o contencioso (MCADAM, 1982, apud BECK, 2008). Um sistema político pode ser mais vulnerável ou

receptível às demandas de grupos específicos (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b). Isso significaria, que o surgimento de um movimento poderia ser facilitado por uma grande mudança na estrutura política geral ou por eventos específicos, ou ainda pela consciência da existência de uma oportunidade (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

No entanto, não há consenso sobre o que seria uma oportunidade política e o que diferenciaria uma oportunidade de outra para que motivasse a ação coletiva, mas sabe-se que ela depende com toda certeza do contexto político (AMAECHEI, 2013; BECK, 2008, TARROW, 1988). Inicialmente, a tradição americana sobre oportunidades políticas, considerava muito mais as nuances nos processos políticos, como a alteração nas alianças políticas, enquanto a tradição europeia, de base sociológica, se atinha ao macrossocial e a instituições, e.g. se as instituições presentes em um determinado país permitiriam oposição. Com o passar do tempo e com mais contato entre as duas “tradições”, as diferenças ficaram mais elusivas, incluindo no espectro tanto mudanças institucionais, como alterações nas estruturas de alianças e alinhamentos políticos, a presença ou não de aliados e grupos de apoio, divisões dentro da elite governante, capacidade legislativa de um governo, mudanças nessas características (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, 1996b; TARROW, 1988), crises no regime político e estrutura ou estabilidade do regime. Por exemplo, se há alguma divisão dentro do corpo político da elite dominante é mais fácil a ocorrência de suporte por uma das partes à movimentos sociais. Ou ainda que, durante uma crise, a capacidade de repressão das elites dominantes se encontra diminuída (JENKINS, 1983). Para McAdam, Tarrow, Tilly (2009), quanto maior a presença de um ou mais dos fatores citados, maior a chance de um grupo ser bem-sucedido. A influência de cada fator também vai depender das características dos movimentos, pois cada estrutura de mobilização está inserida em contextos políticos diferentes. O contexto político, por sua vez, também pode se alterar com o tempo (TARROW, 1988).

Como outro exemplo sobre as divergências do seria uma oportunidade política temos que, de acordo com Tilly, McAdam e Tarrow (1996a), é comum para uma ação coletiva estruturar sua organização espelhando-se na organização política existente. Isto significaria, que a tendência em países bem hierarquizados e centralizados é ter essa organização repetida pela maioria dos movimentos que surgem em seu interior e no caso inverso haver uma estrutura mais fragmentada. Keck e Sikkink (1998), aprofundam-se ainda mais nesse argumento e acrescentam à díade de fragmentado *versus* polarizado, a estrutura social (que se dividiria em forte ou fraca) e redes políticas (consensuais ou polarizadas). Krasner (1995) vai ao encontro desses autores, afirmando que a força das organizações é um indicador

dependente das instituições dentro de um Estado, principalmente de uma soberania estável²². Como mencionado anteriormente, McAdam, Tarrow e Tilly (2009) encontram correlação entre governos de alta-capacidade, isto é, com grande controle sobre os meios de coerção que criaria o nicho normal de movimentos sociais – aqueles que tendem a ser pacíficos- e governos de baixo controle sobre os meios de coerção, que facilitaria a formação de centros rivais (ao Estado e entre si), de estratégias violentas. Além disso, o contraste entre governos de alta e baixa capacidade de contenção, faz com que os grupos formados no de menor controle se atentem às atitudes tomadas pelo de maior controle – devido a relevância política que essa característica normalmente traz consigo. Estados democráticos, por sua vez, teriam um efeito de suprirem em parte a necessidade de atividade coletiva, por já conterem diversas arenas nas quais a população possa expor suas demandas e participar indiretamente. Igualmente, geram instituições que fomentam os movimentos sociais (de formato pacífico). Já regimes não democráticos reprimem esse tipo de manifestação e participação. No mesmo sentido, encontra-se Tarrow (1988) ao trazer as teorias de Estado ao campo dos contenciosos políticos, que implicam uma dependência direta entre as condições internas de um Estado ao desenvolvimento de um movimento social. Por exemplo, tem-se que a maneira que as autoridades políticas, ou ainda as identidades políticas já estabelecidas, tendem a facilitar ou repreender uma ação popular (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

De modo geral, pode-se considerar oportunidades políticas como a dimensão do acesso ao poder e da manipulação do sistema, da qual os participantes podem usufruir. Um cálculo de custo-benefício feito pelos agentes, que em uma situação política específica ao identificar uma balança mais positiva a benefícios agiriam. Brevemente, a análise das oportunidades políticas está em examinar o contexto ou estrutura política à fim de encontrar janelas de ação ou ameaças a ação coletiva, e indícios das autoridades governantes que as facilitariam ou as repreenderiam (EDELMAN, 2001). Sendo usado como um fator tanto subjetivo – dependente da percepção dos atores-, quanto objetivo – externo à consciência deles (TARROW, 1988). E por ter esse caráter tão abrangente, muitas vezes essa perspectiva é criticada por apenas conseguir identificar as oportunidades posteriormente a ação (EDELMAN, 2001; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

O terceiro ponto, e último, é de caráter mais retórico e simbólico, o *framing* dos contenciosos políticos (BECK, 2008). Essa faceta vem de um contexto maior, mais sócio-psicológico, da citada “virada” cultural, no qual os movimentos sociais, como agentes,

²² É válido ressaltar que Krasner utiliza exemplos de estruturas de mobilização formais para reforçar seu argumento e não criminais como é o caso do objeto em questão.

deveriam moldar a realidade em volta deles, a fim de angariar participantes, identificando injustiças e antagonistas, fornecendo símbolos positivos em torno dos quais pessoas mais tímidas e ordinárias pudessem se agrupar. Isto é, ao mesmo tempo que carregam significado, os participantes dos movimentos sociais também os constroem, ajudando a criar identidades coletivas. Preenchendo assim, a lacuna nas SMT, gerada pela falta de importância dada à sentimentos e ideais – o que era uma das críticas às visões mais estruturalistas (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (1996b), muitas vezes, construção de significados e significados construídos são como a função basilar de um movimento. Essa perspectiva teve mais repercussão na América Latina e na Europa, especialmente na década de 1990 (FINNEMORE; SIKKINK, 2001), devido ao fato de ter sido amplamente ignorada nas décadas anteriores (BENFORD; SNOW, 2000). À partir dessa década se tornou crucial entender o processo de significação através de *framing* (FINNEMORE; SIKKINK, 2001) O termo estrangeiro é utilizado para descrever as “justificações e apelos que os movimentos usam para mobilizar suporte” (BECK, 2008, p. 1569) ou “esforços conscientes estratégicos de grupos de pessoas para formar entendimentos compartilhados sobre o mundo e sobre eles mesmos que legitimam e motivam a ação coletiva” (MCADAM et al, 1996, p.6 apud KECK; SIKKINK, 1999) e foi primeiramente usado no trabalho de Goffman em 1974 denominado de “*Frame Analysis*”, que influenciou muitos dos conceitos de *framing*, ou em português “enquadramento”, que encontram-se na literatura atual (BENFORD; SNOW, 2000).

Também chamado de “alinhamento com o *framing*”, nesse enfoque argumenta-se que os movimentos precisam de reivindicações que se enquadrem com uma narrativa social maior, ou um sistema de crenças, a fim de ganhar participantes, como ideologia, religião e experiências comuns de vida (AMAECCHI, 2013; BECK, 2008; KECK; SIKKINK, 1999). Além de ganhar participantes, um enquadramento pode ter o objetivo também de arrecadar recursos, de mobilizar pessoas, entre outros (BENFORD; SNOW, 2000). A mídia pode ser um grande auxílio nesse processo de enquadramento, que por sua vez não é um processo estático, pode mudar “a partir de interações com Estados, elites, contra-movimentos e oportunidades de discurso” (BECK, 2008, p. 1570). Segundo Amaechi (2013), as justificativas dos movimentos sociais podem ser construídas e reconstruídas para atender as suas necessidades. De acordo com Finnemore e Sikkink (2001) o *framing* também vai interferir na opção de demandas importantes e das estratégias a se seguir. Dessa maneira, esse processo não apenas estaria constringido ao discurso (retórica), mas também às ações dos movimentos. E nessa lógica, “ressonância de *framing*” é a capacidade que um sistema de

significados moldado por uma determinada organização tem sobre opiniões públicas mais abrangentes (KECK; SIKKINK, 1998, 1999). Nesse sentido, quanto mais inclusiva e flexível for a narrativa, maior o poder de mobilização dela e maior será a ressonância (também chamada de efetividade). (BENFORD; SNOW, 2000). De acordo com Jenkins (1983), por exemplo, organizadores que se baseiam em símbolos culturais têm bem mais chances de recrutamento do que aqueles que se fundamentam apenas em ideologias abstratas. Cumpre ressaltar que a efetividade também vai ser medida, pelo contraste entre o que a organização prega e faz, da realidade do que é contado e do que é percebido e avaliado como verdadeiro por possíveis participantes e, por fim, da credibilidade de seus líderes para essa mesma audiência (BENFORD; SNOW, 2000).

Normalmente, os enquadramentos são produzidos de forma bem simples “ em termos de certo e errado”, através de mensagens pujantes, (KECK; SIKKINK, 1998, p.19) apontando o problema, os responsáveis e a solução, pois ao fim e ao cabo, o objetivo dessa estratégia é motivar a ação – processo no qual a mídia encontra papel importante de difusão (JENKINS, 1983). Não obstante, a passagem da identificação do problema para a culpabilização de algo ou alguém, nem sempre ocorre de forma consensual. Segundo Snow e Benford (2000) é nessa transição que os conflitos intra-grupo começam a surgir e ficar mais evidentes. Por não ser estático, os *framings* também são chamados de “quadros de ação coletiva”²³, oposto a *schema* (um quadro de crenças e percepções individuais associadas), que inferem um processo dinâmico e de negociação de significados compartilhados. Ou seja, um quadro de ação coletiva não resulta em função apenas do *design* dos participantes envolvidos, mas encontra uma série de constrangimentos externos (mídia, *contra-framing* de opositores, oportunidades políticas, contexto cultural, espectadores, o próprio processo de negociação e dialética entre realidade e discurso). (BENFORD; SNOW, 2000). Do lado da produção de significado, Benford e Snow (2000), destacam alguns meios utilizados pelos movimentos sociais para chegar a um *frame*. Entre eles, pode-se destacar a articulação que é feita como alguns grupos escolhem alguns eventos acontecidos na atualidade para reiterar seu discurso; a amplificação ou a escolha de uma crença, uma questão, ou evento pontual que será lembrado e salientado como símbolo – muitas vezes criando uma frase motivadora como “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” foi para a Revolução Francesa do Século XVIII. A forma como as questões são trabalhadas, frequentemente, acabam sendo mais importantes que os temas que abordam em si.

²³ *Collective action frame* no original (BENFORD; SNOW, 2000).

Tem-se, em suma, que os *framings* possuem um aspecto duplo: um que corresponde à uma função orientada à ação e outro que se refere à construção do significado. Quanto ao aspecto que corresponde à função, pode-se dizer que existem três delas. Uma de diagnóstico (que identifica o problema e o inimigo, outra de prognóstico (ao descobrir uma solução) e ainda uma de motivação (que atrairia participantes) (BENFORD; SNOW, 2000). Como crítica, esse viés encontrou, por exemplo, a dificuldade em explicar porque a ação coletiva acontecia em ondas, atingindo a alguns períodos e outros não (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

Em resumo, a primeira faceta seria a do “como”, dos meios pelos quais os atores agem e suas escolhas, as estruturas de mobilização nas quais se apoiam a ação coletiva. A segunda faceta seria a das condições, os obstáculos enfrentados pelos agentes, que não podem ser transformados, mas aproveitados, as instituições políticas, os processos e contexto no qual estão inseridos e acabam por moldar suas ações. E por fim as normas, no sentido mais abrangente do termo, que constroem e enquadram a perspectiva e gama de opções para a agência. As duas últimas, definidas como os “porquês” de se agir, se completam a primeira, tão criticada pelo reducionismo à linguagem econômica, esquecendo de valores e ideologia - contexto que trariam as outras. Isto é, as três juntas trazem a motivação, a estrutura e a oportunidade de uma ação coletiva. E devido a essa pluralidade de fatores e a dinamicidade dos contenciosos políticos, considera-se mais prudente a análise episódica (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b). Pode-se notar também, ao longo desta seção, as inúmeras intersecções entre as três perspectivas que alegadamente são entes separados, entretanto se imiscuem e se completam,

2.1.2 A abordagem transnacional das Teorias de Movimentos Sociais

Considerada por Beck (2008), uma parte mais recente do campo das SMT, o estudo transnacional ou internacional dos movimentos sociais, apesar de não haver ainda um forte consenso sobre seus programas de estudo, normalmente engloba aspectos dos “processos de dinâmica e difusão” (BECK, 2008, p. 1573). De acordo com McAdam, Tilly, Tarrow (2009) difusão dentro das SMT consiste em difundir uma performance, questão, ou *frame* interpretativo de um lugar a outro. Afinal, a principal característica dos movimentos transnacionais é sua “desterritorialidade”, o uso contínuo do “global e do local” (MILANI; LANIADO, 2007, p. 14) através da difusão de valores e ideias. Tarrow (2001) faz uma divisão dessas abordagens, que admite não ser perfeita, em cinco grupos: os que investigam o desenvolvimento de atores não-estatais difusos e organizados transnacionalmente; os que

focam em tipos de organizações particulares ou no geral; os que investigam temas particulares, como direitos humanos, movimentos de paz e meio-ambiente; os que estudam tratados internacionais em que atores não estatais foram considerados legítimos; e, por fim, os que pesquisaram dentro do contexto de instituições e tratados casos binacionais e regionais de contenciosos. A presente pesquisa se enquadraria em algum lugar entre os dois primeiros grupos.

Dentro da abordagem transnacional de contenciosos políticos, para Keck e Sikkink (1999) a transnacionalidade não é um aspecto novo nos movimentos sociais, pois que esse tipo de ação já existe desde o século XIX, mas que as novidades dessas últimas três décadas nos movimentos transnacionais foram as suas características que acompanharam a modernidade: a sua velocidade, número, tamanho, complexidade, densidade, profissionalismo – dados dos quais dificilmente pode-se obter números acurados. De acordo com Krasner (1995), apenas o fato de as relações internacionais serem anárquicas e de os Estados atuais não serem mais autarquias totais pressupõe a existência das relações transnacionais. Do contrário, se o SI fosse um império, ou estivesse sob a égide de um poder supraestatal, todas as relações seriam domésticas.

Quando o foco é a transnacionalidade, tende-se a analisar as repercussões da exposição de um método ou causa dos movimentos sociais; e as condições estruturais e políticas para a transferência de táticas de um lugar ao outro. Alguns estudiosos optam por estudar os efeitos da mídia, por acreditar que ela seja o principal difusor, enquanto outros estudam as táticas em si (BECK, 2008).

No contexto de globalização política, atores não-estatais interagem entre si, com organizações internacionais e Estados (KECK; SIKKINK, 1998,1999; RISSE-KAPPEN, 1995a, MILANI; LANIADO, 2007) – o que não é um fenômeno novo e que já ocorre há pelo menos um século, ou mais (TARROW, 2001). É nesse contexto também que as estruturas repressoras e geradoras de sistemas de oportunidade política, os Estados, estão ficando menores, perdendo capacidade de gestão das fronteiras²⁴. E nesse sentido, segundo a versão forte dos movimentos transnacionais, deu-se espaço a outros atores transnacionais, mas principalmente iniciou-se um processo em que Estados compartilharam sua soberania consensualmente ou parcialmente cederam-na às instituições internacionais e regionais, como a União Europeia ou a ONU (BECK, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a; PORTA;

²⁴ Poder-se-ia presumir a partir dessa frase que os Estados não possuem mais controle sobre as fronteiras, mas adota-se aqui, a visão de que a permeabilidade tornou-se maior e o Estado continua tendo prerrogativa sobre diversas áreas políticas como suas fronteiras, sua segurança nacional, e o domínio legal endógeno ao seu território (TARROW, 2001)

TARROW, 2005), que fez com que a ação coletiva transnacional fosse um desenvolvimento praticamente obrigatório, pressuposto. Igualmente, a internet teria levado a esse progresso para o modelo transnacional, fomentando novas formas de menor risco para manifestações (BECK, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

Já para a versão fraca – e a qual é adotada por esse trabalho –, expõe que a globalização seria uma oportunidade e daria maiores recursos para o surgimento dessa modalidade difusa e não, como sugere a versão forte, que a transnacionalização seria um processo imanente a globalização. Por meio da causalidade obrigatória entre globalização e movimentos transnacionais, da versão anterior, tende-se a crer que a maioria dos movimentos possui um capítulo nacional e depois globalizou-se (ou exportou-se), mas a maioria dos exemplos vistos na atualidade aponta para um intercâmbio político, entre atores de mesmos interesses que foi viabilizado pela comunicação globalizada (BECK, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a; TARROW, 2005). Nesse sentido, alguns autores têm argumentado que a ação coletiva, mais precisamente a parte da mobilização, se inicia localmente e o *framing* juntamente com a troca de informações acontecem mais frequentemente pelas ligações internacionais entre participantes (BECK, 2008; TARROW, 2005), agindo internacional e nacionalmente simultaneamente, como se fizessem parte de uma sociedade global (KECK; SIKKINK, 1998, 1999; MILANI; LANIADO, 2007).

De acordo com Tarrow, a definição de movimentos sociais transnacionais seria a de “grupos sociais mobilizados com participantes em pelo menos dois Estados, engajados em interações contenciosas com detentores de poder²⁵ de pelo menos um Estado que não o deles mesmos, ou contra uma instituição internacional, ou ator econômico multinacional” (2001, p.11) que se aproveitam de oportunidades na estrutura política internacional para agir e mantem suas raízes em um determinado território (TARROW, 2001, 2005). Para o mesmo autor, a ação coletiva transnacional remonta a períodos das demarcações e consolidações dos Estados nacionais, que iniciaram a partir de então uma difusão através de fronteiras. Tendo casos históricos conhecidos como o do movimento reformista e depois do abolicionista. Outra forma de ação coletiva transnacional que o autor identificou, foi o que ele chamou de mobilização internacional ou “troca de escala”, através de campanhas e polarizações, grupos que iniciaram em uma localidade acabam se dispersando por diversas delas, permeando fronteiras. Ele vai identificar outra maneira de agir transnacionalmente, que ele chama de *framing* global, que é nada mais do que difundir um problema doméstico usando símbolos já

²⁵ *Powerholders* no original.

internacionalmente compartilhados, através de *framings*. Uma terceira maneira é a internalização de eventos internacionais. Isto é, quando eventos ocorridos fora de um país, ou na esfera internacional, têm efeitos dentro do território desse país. E por fim, outros dois que o autor declara ocorrerem majoritariamente na esfera internacional: externalização, quando um tema é transferido da esfera doméstica para ser resolvido em instituições internacionais, e o último, a formação de coalisão transnacional, quando agentes se encontram na esfera internacional através de redes. O autor ainda destaca, que como ações coletivas transnacionais são extremamente mutáveis, muitas vezes, vê-se uma migração de agentes de uma forma à outra (PORTA; TARROW, 2005; TARROW, 2005).

Keck e Sikkink (1998, 1999) por sua vez, vão afirmar que movimentos transnacionais são melhor definidos como redes transnacionais de advocacia²⁶ - importando o termo de rede da sociologia e o aplicando internacionalmente.²⁷ Isso porquê, ao chamá-los dessa forma dá-se atenção para o fato que esses movimentos não possuem, por vezes, uma estrutura formal, agindo de forma complexa parecendo ser *paripassu* estrutura e agente; doméstica e internacionalmente; se autodeclarando como rede muito antes dos teóricos; transferindo e compartilhando informações e estratégias; e também conhece-se as limitações e benefícios desse tipo de estrutura. Além disso ao chamá-los de advogados confere-se a ideia de que advogam por outros ou por uma causa ou proposta, que não podem ser ligadas diretamente aos seus interesses. De fato, o próprio ato de criar redes, pode ser considerado como uma tática difusora dos movimentos nacionais transnacionalmente. Tarrow (2005), por sua vez, não concorda com a inferência de uma consciência do estar fazendo ativismo transnacional, que segundo ele pode ser feito mesmo sem essa percepção.

De acordo com Milani e Laniado (2007) os movimentos transnacionais normalmente vão agir internacionalmente para afetar o espectro doméstico, mas também existem casos em que o objetivo final é afetar normas e ideias na política mundial. Como sugere também Edelman (2001) ao se referir aos movimentos transnacionais como “globalização vinda de baixo” oposta a processos no sentido contrário vindos “de cima”, de esferas multinacionais e instituições supranacionais de governança – que apesar do autor se referir a movimentos da Nova Esquerda, poderia se encaixar nos objetivos perscrutados pela Al-Qaeda. Alguns

²⁶ *Transnational Advocacy Networks* no original, que enquadra redes de ativistas, de profissionais e especialistas, de atores econômicos e firmas (KECK; SIKKINK, 1998, 1999).

²⁷ As autoras consideram que a transição do plano nacional para o internacional do termo, pode ser feito facilmente, pois o termo redes confere uma fluidez as relações sociais entre atores que trabalham tematicamente.

autores, são rápidos em frisar que esse é apenas um dos tipos existentes de movimentos transnacionais, que nem todos são antiglobalização (TARROW, 2005; THOMPSON, 2006).

Para as autoras, Keck e Sikkink (1998,1999) o mundo globalizado, que admite uma sociedade civil global, que não mais dogmatiza a ideia de Estado como ator unitário, da interdependência complexa de Keohane e Nye (em “Transnational Relations and World Politics”, 1971), trouxe à tona diversos tipos de atores em rede como empresas multinacionais, a Igreja Católica, organizações científicas transnacionais, grupos de ativistas, etc. Para diferenciá-los e poder melhor classificá-los, foi-se criada uma distinção baseada em suas motivações. Primeiramente, as redes que possuem objetivos instrumentais (e.g. multinacionais e bancos), em segundo as que possuem ideias de causas comuns (e.g. comunidades epistêmicas), e, por fim, a definição que inclui as redes transnacionais de advocacia, aquelas motivadas por princípios ou valores compartilhados. Essa última categoria evita uma visão mais economicista dos interesses por trás das ações e se aproxima de uma perspectiva que leva mais em conta interações.

Existe bastante paralelismo entre as redes e os movimentos sociais no tocante a estratégias, táticas e padrões de influência: os agentes das redes são empreendedores políticos, que mobilizam informação e membros como recurso e ainda possuem uma percepção das oportunidades políticas em que estão encerrados (KECK; SIKKINK, 1998, 1999). As redes de advocacia, no entanto, se diferenciam pela “centralidade que dão aos princípios e valores, a crença que indivíduos podem fazer a diferença, o uso criativo de informações e emprego de atores não-governamentais em estratégias políticas sofisticadas” (KECK; SIKKINK, 1998, 1999, p. 92). Nesse formato de rede, a paixão por uma causa seria o eixo de coesão entre os seus participantes, podendo ser significativa transnacionalmente, como regionalmente e domesticamente, ajudando a transformar as fronteiras de soberania, ao dar recursos de ação na política internacional a atores não-estatais (KECK; SIKKINK, 1998, 1999). As redes, mais precisamente são características pelo “seu padrão de comunicação voluntário, recíproco e horizontal” (KECK; SIKKINK, 1999, p. 91) e por um discurso mais abrangente, não mais mono-causa como descrevia a esquerda ao abordar as classes sociais, mas sim narrativas que compreendem múltiplas individualidades. Dando espaço, assim, para a superação de fronteiras nacionais, mesmo que a sua emergência tenha sido local (MILANI; LANIADO, 2007).

Movidos por uma causa e por princípios e valores, muito mais do que por recursos materiais, esses novos influenciadores da agenda política internacional e dos princípios base das interações internacionais, não se enquadram nos atores tradicionais das Relações

Internacionais (RI)²⁸. Além disso, muitas vezes, quando são bem-sucedidos, conseguem se impor a esses atores mais tradicionais e mais poderosos como governos e Organizações Internacionais (OIs), mudar a tônica e forma dos debates (KECK; SIKKINK, 1998, 1999).

As redes de advocacia são definidas, em suma, como “atores que trabalham internacionalmente sobre um tema, que estão unidos por valores compartilhados, discurso comum e densa troca de informações e serviços” (KECK; SIKKINK, 1998, 1999, p. 89). Risse-Kappen vai complementar a conceituação desses atores como “estruturas descentralizadas, de governança multi-nível, nas quais atores não são motivados por identidades e lealdades nacionais, mas sim por princípios coletivos, crenças causais e objetivos das instituições” (1995b, p. 284).

Por sua vez, redes também podem se inserir dentro de redes maiores, que ao seu turno são grandes arenas políticas nas quais os integrantes negociam direta ou indiretamente seus significados conjuntos políticos, sociais e culturais. Dificilmente, pelo tipo de pressão política que eles exercem, os participantes das redes transnacionais são em grande número e envolvem as massas em suas ações – mesmo que as causas as quais defendam possam mobilizá-las (KECK; SIKKINK, 1999). Para Keck e Sikkink (1998, 1999), os principais exemplos de atores em redes de advocacia são ONGs (Organizações não governamentais) internacionais e nacionais, movimentos sociais domésticos, fundações, organizações de pesquisa e advocacia, a mídia, igrejas, sindicatos, organizações de consumidores, intelectuais, partes de organizações intergovernamentais sejam regionais ou internacionais e por fim, partes dos poderes executivos ou parlamentar dos governos – nem todos participando de todas as redes, mas dão destaque a participação das ONGs por seu papel em pressionar atores mais poderosos na hierarquia política. Alguns outros autores como Risse-Kappen (1995) vão creditar importância também a atores como os grupos terroristas, principalmente aqueles difusores do Fundamentalismo Islâmico como é o caso do grupo Al-Qaeda. Corroborando dessa forma com a ideia de que movimentos sociais transnacionais não necessariamente defendem causas “boas”.

Mobilizadores das redes, os participantes da rede transnacional, acreditam na capacidade que a persuasão e a informação, assim como a pressão moral têm em alterar desfechos. A partir das informações que eles detêm, por exemplo, que podem ser consideradas tanto como uma oportunidade política quanto um recurso às organizações

²⁸ Essa afirmação faz referência ao debate existente dentro das RI entre neorealistas e neoliberais, que segundo indica Risse-Kappen (1995b) representam respectivamente os dois extremos de um SI estadocêntrico e um SI “sociedade-cêntrico” ou “ator-conivente”, isto é, que aceitaria múltiplas formas de atores como influenciadores erodindo o papel dos Estados.

(MILANI; LANIADO, 2007), os mesmos praticam o *framing* de um tema específico, entre o universo de diferentes entendimentos mais ou menos aceitos nos quais trabalham. Ao mesmo tempo em que se utilizam de *framings* mais estáveis, os ativistas²⁹ trabalham para adaptar as outras noções compartilhadas dentro do grupo que, ao contrário, são contestadas. Eles usam desses enquadramentos para lançar suas campanhas e para atingir seus objetivos, como atrair atenção ou encorajar ação. Correntemente, fazem isso de uma forma inovadora, que busca novos caminhos para atingir um resultado, dando ainda nova aparência a antigos temas. Fazendo-o, eles podem chegar ao resultado de modificar a percepção que o Estado ou a sociedade têm de seus interesses, identidades e preferências, alterando em consequência discursos, chegando a alterar comportamentos, procedimentos e políticas³⁰ (KECK; SIKKINK, 1998, 1999; MILANI; LANIADO, 2007). Para Milani e Laniado (2007) esse processo de chamar atenção aos seus temas pode ser reduzido sob o conceito de “visibilidade”, a qual possui duas formas de ser exposta: via confronto ou diálogo.

Cumprir notar, que ao participar das redes, os ativistas também estão moldando suas identidades coletivas, tornando mais fáceis as próximas conexões e abrindo caminho para outras redes em temas futuros – pela própria criação de um novo tipo de sociedade civil global. As redes também se influenciam entre si, assim como acontece com os movimentos sociais, se espelhando em táticas, financiamentos, estruturas e outros tipos de inovações, mas também acabam unindo forças (KECK; SIKKINK, 1998, 1999).

Pode-se ver, acima, que o *framing* é um processo de persuasão no qual os ativistas devem mostrar que uma determinada situação não é adequada ou correta, mostrando quem são os responsáveis e quais soluções deveriam ser tomadas (KECK; SIKKINK, 1998, 1999). Entretanto, nem sempre os responsáveis ou os inimigos precisam ser personificados, podem ser ideias ou ideologias que não são compatíveis com os valores comuns do movimento transnacional (MILANI; LANIADO, 2007) – pois os movimentos normalmente contrapõem significados estabelecidos (KURZMAN, 2008). De encontro a esses autores, Tarrow vai afirmar que como os Estados dominantes, chamados de potências, são os que vão ter mais ascendência sobre as relações transnacionais, “controlando atores não-estatais, muitas vezes os subsidiando e provendo modelos de política internacional a partir de seus enquadramentos

²⁹ Ativistas por definição são indivíduos que se importam o suficiente com um tema que se dispõe a pagar os custos de se envolver e a agir de forma a atingir seus objetivos (KECK; SIKKINK, 1999)

³⁰ Cumprir notar, que as autoras Keck e Sikkink (1999) se baseiam em experiências de grupos ativistas, com valores democráticos aceitos pelo Ocidente (e.g. direitos humanos, meio-ambiente- direito das mulheres, saúde infantil e direitos indígenas), características que fogem do padrão seguido pelo grupo Al-Qaeda, com um enfoque em demonstrar mudanças em normas. Diferentemente deste trabalho que não intenciona demonstrar mudanças e sim como se deu a difusão.

domésticos” (2001, p. 3), eles se tornam os alvos principais das organizações internacionais, ao mesmo tempo que são os principais suportes para ação de ONGs. Ele vai mais longe, ao acrescentar que os Estados Unidos, representam esses dois papéis de forma proeminente. Para Keck e Sikkink (1998) apesar do termo corrente para explicar o meio das redes transnacionais alcançarem o objetivo ser persuasão, é muito difícil evitar algum tipo de conflito – dão exemplos como pressão, sanções e *shaming*³¹.

Eficácia, então, dentro do contexto de uma rede de advocacia seria medida pela mudança política de um ator-chave, da elite governante que pode ser um governo ou uma instituição. Ou como assertam Milani e Laniado, a eficácia é ligada "a habilidade de romper ou ameaçar a ordem existente no sistema internacional" (2007, p. 16).

Existem diversas táticas que tomam parte do *framing* acima, que muitas vezes se confundem e se impulsionam entre si e que podem ser sintetizadas em quatro tipos: políticas da informação; políticas simbólicas, políticas de influência e políticas de *accountability*³². A primeira corresponde a táticas em que informação política é transferida rapidamente de um lugar a outro onde será mais eficaz – que é o meio que atores não-estatais ganham influência, sendo fontes alternativas de informação, dando voz ou sendo ouvidos àqueles que de outra forma não os teriam. É muito usual que a coleta da informação seja por meio de testemunho de pessoas que são afetadas diretamente pelo que os ativistas consideram injustiça. Esses testemunhos, ainda, acabam perdendo o controle de seus próprios discursos quando são utilizados nas campanhas transnacionais. Entretanto, é por meio dessas campanhas que os testemunhos conseguem ganhar legitimidade, muito mais quando associados a dados técnicos e estatísticos. Nesse tipo de tática, a mídia acaba sendo um importante ativo. No que concerne a segunda tática, que se refere a utilização de símbolos, são as ações e histórias que trazem sentido a uma situação ou demanda por uma audiência que do contrário se daria mais tardiamente. É por ela também, que se ganha destaque e mobilizam participantes. A terceira tática, da influência, se constitui de fazer apelos a atores externos poderosos para alterar uma situação, em que os fracos membros de uma rede dificilmente teriam influência. A estratégia se torna encontrar algum ponto sobre o qual a rede possa obter alguma vantagem e usar-se dela. Esses pontos de influência podem ser tanto de ordem material (como dinheiro, bens ou votos) quanto morais (também chamada de movimentação de vergonha ou *shaming*, interfere-se no prestígio de um determinado ator e na opinião pública). A influência só ocorrerá se o

³¹ *Shaming* do inglês, se refere a fazer passar vergonha.

³² *Accountability* é um termo em inglês, sem tradução precisa no português, relacionado a governança, normalmente traduzido como responsabilização, remete a prestação de contas, a transparência e a responsabilidade ética dos representantes governamentais para com seus representados.

ator-alvo for vulnerável (que se refere a existência de uma possibilidade de tirar-se vantagem) e sensível (se o ator pode ser influenciado pela detenção dessa vantagem). A última e quarta área, *accountability*, alude a fazer com que atores mais poderosos ajam dentro de princípios ou políticas mais gerais que ratificaram anteriormente. Corriqueiramente, os governos mudam discursos a fim de “agradar” a opinião pública e tergiversar os ativistas em rede. Esses últimos, se aproveitam desses discursos como oportunidade para pressionar as elites políticas para que ajam de acordo a eles, caso eles estejam muito distante da prática, ao demonstrar publicamente a realidade. Vale ressaltar, aqui, a discrepância entre mudança de comportamento e de políticas. Muitas vezes, os atores podem mudar suas políticas e legislações, mas de fato, fazendo-o não se alterar nada, caso não haja formas de imposição ou reforço da mesma (KECK; SIKKINK, 1998, 1999).

No entanto, agir internacionalmente, tem um custo alto, o que faz questionar em que condições uma rede transnacional está mais proclive para emergir (KECK, SIKKINK, 1998, 1999). Segundo Keck e Sikkink (1999), em parte as conexões transfronteiriças se tornaram mais comuns devido as facilidades modernas, porém por outro lado as redes de advocacia aparecem mais em temas que: os canais entre a sociedade e a elite são ineficientes fazendo com que a estratégia de *boomerang*³³ seja uma das mais utilizadas entre os grupos; os empreendedores políticos acreditam que a partir das redes, suas campanhas e missões vão alcançar maiores resultados; e quando existem foros de contato internacional que propiciam a formação de redes. E as autoras vão, além disso, destacar que existem diferentes níveis de influência que começam pela criação de uma problematização e de uma agenda, depois acabam por influenciar discursos de Estados e organizações internacionais, passando a interferir em procedimentos institucionais às mudanças políticas em atores chave, que culminam em alteração comportamental.

Keck e Sikkink (1998, 1999) continuam pontuando a importância das características dos atores e dos temas para explicar os efeitos que uma rede teria nas políticas internacionais. A densidade, a força de uma rede e a capacidade de adquirir vantagens, por exemplo, podem determinar o sucesso de uma rede. E a natureza do tema tende a ser mais efetiva, para as autoras, nas seguintes situações: quando há danos físicos a indivíduos vulneráveis – que toca

³³ Estratégia *boomerang* é uma triangulação que começa pelos atores domésticos, normalmente de ONGs, buscando por apoio de suas conexões no exterior, frequentemente localizados em Estados mais desenvolvidos do que o do emissor, a fim de pressionar de fora os governantes. É uma estratégia que possui suas controvérsias por justificar uma intervenção com base em argumentos étnicos, o que pode dar um tom “civilizatório”. Ela requer muita confiança permeando a rede. Quando o objetivo é mais holístico as estratégias tendem a ser mais difusas (KECK; SIKKINK, 1998 1999).

no dever de um Estado³⁴ de proteger seus cidadãos e normalmente tem mais facilidade de ressonância internacionalmente, ainda mais se puder apontar um culpado; ou envolvendo igualdade de direitos e oportunidades – partindo de uma lógica institucional ou judicial.

As táticas levantadas acima serão melhor analisadas através da investigação de campanhas promovida pela rede. Por campanhas entende-se “conjuntos de atividades estrategicamente ligadas em que membros de uma rede difusa e pautada em princípios se relacionam notadamente e reconhecem os papéis dos outros na busca de um fim comum” (KECK; SIKKINK, 1998, p.6). Como nas suas semelhantes, redes domésticas, os participantes conectam seus grupos entre si, procuram por recursos, planejam suas atividades e traçam um direcionamento de relações públicas. Novamente, frisa-se a necessidade de um *frame* comum. Para Keck e Sikkink (1998), trabalhar em cima das campanhas, mostra as características de disputa nas relações internacionais que o foco em redes em si não o fazem. Investigando-se as campanhas, recai-se sobre as relações, a mobilização de recursos que mantém uma rede como informação, liderança, simbolismo ou capital material, a estrutura internacional e nacional que as facilitam e os processos de *framing* (KECK; SIKKINK, 1998) – ecoando em parte a abordagem tripartite acima. Tarrow (2001) resume a atuação das redes transnacionais de ativistas como um meio-campo situado entre instituições internacionais – criadas por Estados - e as diversas redes que possuem demandas comuns em diferentes países, incentivando-os a produzir um discurso que enquadre essas demandas comuns, interiorizando dessa forma um tema de política internacional. A partir disso que surgiriam os movimentos sociais transnacionais

Em contrapartida, as principais críticas a essa teoria, questionam até que ponto a identidade coletiva e a paixão por uma causa podem realmente levar a mobilização de pessoas a ingressar no movimento transnacional, diferentemente do que acontece nos movimentos nacionais onde os vínculos são muito mais gerados por laços sociais. Questionam também, se o que acontece nesses movimentos transnacionais não seria motivado pelas migrações e comunicação mais rápida, fazendo deles apenas réplicas de movimentos que acontecem em outros lugares e não difusões em si (BECK, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). Outras críticas derivam da forma elusiva que globalização é tratada, gerando uma “insensibilidade ao escopo regional – e não global – de boa parte das atividades transnacionais; e produzindo uma confusão entre o *framing* global de uma atividade e o

³⁴ Os Estados são os principais garantidores de direitos, mas ao mesmo tempo, existe uma dualidade causada pelo monopólio legítimo da força, que faz com que eles sejam igualmente os principais perpetradores de violações, por isso são os alvos mais comuns das ONGs, que recorrem ao espaço internacional para proteger suas vidas (KECK; SIKKINK, 1998).

escopo empírico da mesma”, isto é, que ocasionalmente, algumas campanhas são tratadas como globais, mas na verdade, apesar de seu enquadramento ter alcançado uma plateia mais universal, terá o seu resultado direcionado apenas a uma região específica do globo (TARROW, 2001, p. 10). Outrossim aparece como crítica, a já mencionada tendência à analisar os movimentos “bons” e enxergar as relações transnacionais apenas pelas lentes dos movimentos sociais, devido à proveniência da maioria dos investigadores que saíram do setor de movimentos sociais³⁵ (TARROW, 2001).

Vale ressaltar que Tarrow (2001) faz uma crítica aos estudos que estão extremamente focados em redes de ativistas, como os de redes transnacionais de advocacia e organizações internacionais não governamentais OING, pois esses tipos de movimentos transnacionais têm seus modelos encorajados por Estados e instituições e são em sua maioria consequência do crescimento de uma classe cosmopolita transnacional, diferentemente do que ele acredita ser uma definição mais generalista dos movimentos sociais transnacionais ou de ação coletiva contenciosa. Sendo assim, quando a pesquisa é muito focada nesse tipo de ativista, perde-se uma perspectiva mais holística do seriam esses movimentos. Ainda mais porquê, segundo esse autor, a maioria dos constituintes das redes de advocacia e OING são “pessoas de educação superior, cosmopolitas, que podem pagar por viagens ao redor do mundo, conhecem mais de uma língua, possuem conhecimento técnico, intelectual e habilidades profissionais para representar àqueles que apoiam” para instituições e Estados Poderosos (2001, p.12). Mesmo que ao longo dos anos muitos participantes tenham se profissionalizado e existam líderes mais preparados, as redes sociais, para o autor, continuam contidas dentro de movimentos sociais transnacionais (TARROW, 2001).

Tendo em vista essa crítica, faz-se crucial ao final dessa seção um esclarecimento. Apesar da hipótese central da presente monografia ser a existência de paralelismos entre o objeto de estudo, o grupo Al-Qaeda, com movimentos sociais transnacionais, que se incluiu dentre a revisão bibliográfica as redes transnacionais de advocacia, tem-se ciência das diferenças existentes principalmente entre um e outro. Entretanto, considera-se que tanto as redes transnacionais de advocacia quanto o grupo Al-Qaeda utilizam processos semelhantes de mobilização transnacional, coesão e motivação através de *framing* e algumas outras táticas citadas, além da característica de dispersão que serão melhor exemplificadas no capítulo 3. De forma coerente com esse argumento, as críticas levantadas por Tarrow acima são levadas em

³⁵ Setor de movimentos sociais se refere “a configuração dos movimentos sociais, a estrutura antagonista, competitiva e cooperativa dos movimentos” que realizam ações “mudança-orientadas” em diversas arenas políticas e podem incluir esporadicamente ligações à organizações políticas formais (TARROW, 1988, p.432).

conta e considera-se a definição de movimento social transnacional do mesmo autor, exposta acima, como a que melhor abarca o objeto de estudo atual. Inclusive, como ele bem coloca, as redes de ativistas muitas vezes são patrocinadas por Estados, direta ou indiretamente por meio das instituições internacionais. Infere-se por tanto, como atividades do grupo Al-Qaeda são consideradas criminosas dentro de muitos desses mesmos Estados, que tal grupo não poderia ser apoiado por eles, pelo menos não abertamente, - mesmo que se possa demonstrar que eles mesmos produzem as oportunidades políticas necessárias à emergência de um movimento social e especificamente do grupo terrorista.³⁶

2.2 OUTRAS ABORDAGENS DENTRO DAS TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Dentro das demais abordagens das SMT ver-se-á primeiramente as abordagens culturais e de identidade coletiva, de viés mais construtivista (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a). A teoria de *framing* anteriormente citada, por exemplo, também pode ser considerada parte de uma abordagem cultural das SMT, que escapam das críticas feitas aos estudos tripartites de serem exageradamente estruturais e de certa forma menosprezarem os fatores mais subjetivos. Chamada de Nova Teoria de Movimentos Sociais (NSMT), se mostrou muito importante para explicar como a identidade coletiva nos movimentos sem organização formal influencia para conseguirem se manter, angariar participantes e ainda a escolher suas táticas (BECK, 2008; MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b). Essas NSMT vão tentar explicar também como se criam as identidades coletivas que geram ações coletivas, no mundo moderno do Estado-Nação, pós revolução Industrial, em que a identificação já não é algo mais tão estrutural e sim um fator construído (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a), como por exemplo, tem-se nos estudos sobre o papel da liderança (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

A abordagem seguinte tem o seu enfoque nas redes sociais³⁷. Chamada também de perspectiva de redes, ela auxilia no entendimento da mobilização, recrutamento e manutenção dos movimentos fora do padrão de organizações formais. Essa perspectiva analisa movimentos que tomam a estrutura de rede, com células independentes, mas conectadas entre si por alguns participantes (BECK, 2008). Elas são formas de organização voluntária,

³⁶ É importante chamar atenção ao fato que assim como a produção teórica sobre movimentos sociais, dentro da esfera doméstica é muito vasta, os trabalhos sobre movimentos transnacionais também o são. Entretanto, como mencionado na justificativa, optou-se por essa perspectiva de leitura da Al-Qaeda, por acreditar-se que o foco em difusão das táticas e ideias seja compatível com a organização criminosa em questão

³⁷ Para fins de esclarecimento, redes sociais aqui se referem às relações interpessoais, com estrutura de rede e não à *sites* e aplicativos destinados ao contato social e interação.

recíproca e horizontal (KECK; SIKKINK, 1998). Dentro das SMT, ela é usada principalmente para explicar comprometimento e adesão de novos participantes. Os mesmos se tornam mais comprometidos quando possuem laços sociais dentro do movimento. Isto é, normalmente os indivíduos são mais atraídos quando possuem conhecidos já envolvidos com a causa. Como a visão cultural dos estudos de SMT, a perspectiva de redes vai além de uma abordagem estruturalista, sendo mais um viés complementar (BECK, 2008).

Igualmente, a pesquisa dentro das SMT tem mostrado, apesar de ser um campo recente, que a radicalização pode ser uma das consequências de contenciosos políticos. O estudo da radicalização tem se concentrado em dois desenvolvimentos: os ciclos e a repressão estatal que são a penúltima abordagem a ser explanada (BECK, 2008).

Ao contrário das oportunidades políticas descritas acima, a repressão, como a estatal, tende a reduzir os efeitos dos movimentos sociais. Entretanto, em alguns casos, a repressão pode se tornar um catalisador de militância (BECK, 2008). Segundo Donatella Della Porta (2009), o constrangimento causado pelo Estado aos movimentos, na verdade, intimidaria alternativas moderadas, ao mesmo passo que radicalizaria o restante do movimento, também criariam mártires que ajudariam no processo de justificar as ações coletivas. Os repertórios de táticas, por sua vez, têm eficácia mais garantida enquanto são novidades e sua capacidade de perturbar a ordem estabelecida e a elite política. De outra forma, pois, as autoridades estariam preparadas para controlar as manifestações e não haveria pressão real para que as demandas populares fossem atendidas. Esse fato, leva os movimentos a cederem espaço à partes mais radicais da organização (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996a).

Quanto aos ciclos, os estudos demonstraram que os movimentos sociais aparentemente possuem ciclos organizacionais de vida que alteram as táticas, ou repertórios, escolhidos a cada estágio e que ao chegarem em estágios mais avançados, a radicalização seria mais provável (BECK, 2008). Mais precisamente, para Tilly, McAdam e Tarrow (1996a), os movimentos sociais ocorrem em ciclos de reivindicações, que no início são encorpados por poucas pessoas, para depois ganhar mais vozes, chegar à um ápice de mobilização e sucesso que declinam no final do ciclo. É igualmente no final do ciclo que as manifestações tendem a ser mais violentas. E durante o ciclo, é comum que se criem subdivisões que nem sempre coabitaram bem, gerando disputas intra-organizações – inclusive, como pontuam Keck e Sikkink (1999), disputas de *framings*. Tarrow (1988) acrescenta ao tema de ciclos, que os movimentos sociais vistos de uma perspectiva macro-histórica tendem a evoluir à uma velocidade lenta, enquanto micro-históricamente, tem-se uma evolução e desenvolvimentos rápidos dos fatos.

Cumpra-se notar que existem outras causas para radicalização de movimentos, entre elas pode-se citar: falha ao atingir metas iniciais, maior densidade³⁸ de organização, competição por menores recursos (BECK, 2008).

Por fim, a última perspectiva, a dos resultados dentro das SMT sugere que um movimento tem duas saídas, levando em conta suas demandas e objetivos: ou ele é completamente bem-sucedido e em seguida se institucionaliza, ou, então, caso fracasse, ele está fadado a desaparecer. No entanto, a realidade não costuma seguir perfeitamente essa dicotomia, como expõe Beck (2008) e Kurzman (2008), por vezes, os movimentos sucedem parcialmente, ou podem mesmo fracassar e ainda assim conseguirem de alguma forma influenciar um resultado, como a opinião pública e das elites. Vale lembrar, como visto anteriormente, que os movimentos possuem ciclos de vida, ou ainda que podem difundir táticas em um efeito *spill-over*³⁹ (BECK, 2008).

Nota-se claramente que as diferentes abordagens têm uma clara interconexão, tornando difícil muitas vezes uma divisão⁴⁰ com limites nítidos. Entretanto, acima fez-se um exercício de mostrar algumas das subdivisões do programa de pesquisa das SMT.

2.3 TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E VIOLÊNCIA POLÍTICA

O terrorismo, que torna peculiar o objeto de estudo desse trabalho⁴¹ no tocante a investigação via teorizações sobre contenciosos políticos, é um terreno de pesquisa que não possui muito consenso sobre sua definição (AMAECHEI, 2013; BECK, 2008; EKMEKCI, 2011). De maneira generalista, as suas principais características destacadas na concepção convencional são: o uso de violência política para alcançar seus propósitos, a escolha de vítimas que não são necessariamente o alvo final e o ataque generalizado de civis (BECK, 2008) perpetrado por atores não-estatais, como instrumento dos “sem-poder” (EKMEKCI, 2011). A presente monografia não pretende entrar no debate do que seria terrorismo⁴², mas sim classifica-lo sob a égide de contenciosos políticos, trabalhando em cima do conceito de

³⁸ “Densidade se refere a regularidade e difusão de informação entre redes, associado ao cobrimento de áreas cruciais” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 28).

³⁹ Processo em que algo surge de dentro de uma determinada organização e acaba se propagando a outras organizações, normalmente devido a sua eficácia.

⁴⁰ A divisão aqui apresentada, seguiu o modelo produzido por Beck (2008).

⁴¹ Escolheu-se aqui terrorismo, ou violência política como peculiaridade, devido ao fato que o ativismo Islamista pode ser também dividido em violento e não-violento, mesmo que ao bordá-lo traria à tona também a questão da propensão ao estudo de movimentos seculares presentes às SMT (OLESEN, 2009).

⁴² Por motivos metodológicos, preferiu-se adotar essa definição dentro do senso comum sobre terrorismo. Excluiu-se, entretanto, tipologias de terrorismo que enquadram o Estado como agente, dando ascendência àquelas que são formados de baixo para cima, respeitando o conceito de movimentos sociais *bottom-top*.

violência política, que na maioria das vezes é identificado como o que os diferencia de movimentos sociais mais amplamente estudados, mais democráticos e pacíficos.

Violência política é um conceito visto mais frequentemente em estudos sobre o terrorismo, dentro da disciplina de Segurança, das áreas de RI ou da Ciência Política (AMAECHEI, 2013; PORTA, 2009). É normalmente utilizada fazendo referência a organizações terroristas, quando estas se usam da violência para ameaçar governos direta ou indiretamente, afetando correntemente a população, com a finalidade de alcançar seus objetivos. Ou seja, a violência política, pode ser vista também como um recurso para alcançar propósitos (AMAECHEI, 2013). Entretanto, como esclarece Amaechi (2013), esse recurso não é apenas utilizado por organizações terroristas, podendo ou não ser encontrado no repertório de outras organizações militantes modernas na forma de bombardeamentos, homens-bomba, ataques armados, táticas de guerrilhas, sequestros, assaltos, assassinatos, entre outros.

Donatella Della Porta (2009) expõe que a primeira abordagem de violência política, ligada ao terrorismo, em Segurança, a considerava algo patológico, criado por condições individuais, ou à níveis maiores, por desenvolvimentos geopolíticos e conjunturais. Esse tipo de visão foi muito criticado dentro da própria área, primeiramente, porque não havia evidências empíricas suficientes que a comprovassem e, em verdade, não existia muita possibilidade de coleta de dados confiáveis por causa da própria temática em questão, a violência. Em segundo lugar, criticava-se como a violência era retirada de seu contexto, principalmente do histórico e social. A terceira crítica, é à ênfase que os teóricos do terrorismo costumavam dar a violência. Para Porta (2009), ao tratar os indivíduos como terroristas, reforça-se a imagem de violência e dá-se muita relevância a ela, simplificando todos os processos que levam ao uso da violência. Afinal, a violência pode ser apenas uma parte de um corpo de táticas, ou uma parte dos símbolos usados por um grupo, não o que os define. E uma quarta e última crítica, abordando o fato da neutralidade entre os pesquisadores ser perdida quando esses têm seu foco direcionado a políticas públicas. Gunning (2009) vai apontar como as pesquisas sobre terroristas voltaram-se a organizações menores, militantes e marginalizadas, fazendo com que a ênfase fosse dada a exclusividade e pureza ideológica, indo “contra a maré” de proselitismo e inclusão que era recorrente às SMT.

Por sua vez, as SMT têm sido muito erráticas na investigação de grupos que se usam de violência política. Somado ao fato de existirem poucos investigadores nessas temáticas, a comunicação entre eles é reduzida o que faz com que as análises produzam descobertas muito distanciadas, em diferentes contextos e diferentes casos, usando de diferentes métodos e perspectivas (PORTA, 2009).

Donatella Della Porta (2008) relata igualmente que o estudo da violência política tem sido intermitente, com picos logo após ataques terroristas ganharem visibilidade, tendo os teóricos de movimentos sociais tratado, se comparado ao todo, pouco sobre isso - e quando o fizeram era normalmente ligando às análises de radicalismo de direita. Ela atribui isso, especialmente ao conceito elusivo que ganhou o terrorismo (principal termo relacionado a violência política). A autora vai além e crítica os estudos sobre violência política por manterem o cerne da investigação em apenas um nível de atuação, seja ele meso (que analisa organizações), macro (das análises mais sistêmicas) ou micro (baseado em motivações individuais). Essa falta de interconexão entre níveis, poderia ser preenchida pelas SMT (GUNNING, 2009; PORTA, 2008, 2009). Nas SMT, de acordo com Donatella Della Porta (2008), as análises históricas foram as que retrataram com maior frequência o uso de violência com fins políticos, tanto como um repertório, quanto um resultado de um ciclo de protestos – ambos os casos citados em seções anteriores.

Gunning (2009), a seu turno, vai exaltar o lado crítico que uma abordagem sob as SMT sintetizadas pode trazer ao estudo de movimentos militantes – que diz preferir ao uso do termo de organizações terroristas⁴³. De acordo com esse autor, pesquisando por esse viés tem-se a capacidade de expandir o espectro da pesquisa, encaixando os movimentos militantes sob um arcabouço conceitual maior de táticas de movimentos, desafiando algumas das bases ideológicas presentes no campo; em segundo lugar, pode-se trocar o Estado como fonte do quadro moral por indivíduos; em terceiro, em consequência do precedente, pode-se retirar das pesquisas a pecha de ilegítimos dada aos militantes e manchar a visão de legitimidade do Estado; em quarto, repõe-se o contexto social intrínseco a violência, transformando-a em um conceito dinâmico, construído por relações intergrupo e intra-grupo, muitas vezes contestado e não apenas o considerando uma predisposição dos participantes; em quinto, as SMT trazem de volta a relação de violência e tempo, pois que essa não está sempre presente e não costuma ser um decisão repentina e de momento; em sexto, Gunning, acredita que do uso das mesmas ferramentas conceituais seria possível uma de-orientalização dos casos localizados fora do Ocidente, que carregam o pré-juízo de serem irracionais, fanáticos e motivados por líderes carismáticos, esquecendo de fatores como agência e contexto estrutural que é tão ressaltado

⁴³ A terminologia de organizações terroristas dá um cunho pejorativo e moralista às organizações e as retiram de um contexto maior dos movimentos sociais, dando a entender que dentro dos repertórios de ação desses grupos não haja muito além de táticas violentas (GUNNING, 2009).

em movimentos ocidentais⁴⁴. De acordo com Lehedey (2005) poder-se-ia adicionar um ponto a esses seis anteriores. Ele estaria relacionado ao estadocentrismo das teorias *mainstream* de RI que versam sobre segurança internacional, que tornam difícil conceber a ideia de que um ator não-estatal seja um ameaça à segurança nacional – algo que as conceituações dentro das SMT permitiriam. Ao mesmo tempo, poder-se-ia complementar a falta de interesse (no geral) dos autores das SMT, sobre contenciosos políticos “maus”, ao abarcar temas como terrorismo e islamismo (PORTA, 2009; SUTTON; VERTIGANS, 2006).

Nesse sentido, dentro do campo das SMT, que foi durante muito tempo dominado por pesquisas de movimentos não-violentos (AMAECHEI, 2013; GUNNING, 2009), foi somente após o 11 de setembro de 2001, que autores começaram a incluir em seus escopos estudos na violência política (AMAECHEI, 2013; OLESEN, 2009). Atualmente, porém, o utilizam como não meramente um recurso escolhido aleatória e discricionariamente pelos agentes, ou um reflexo da ideologia adotada – como é comum ser visto nos estudos de Segurança -, mas o resultado de um processo externo e interno às organizações, um “modelo” de contencioso político, principalmente notando suas relações com o Estado, seu acesso a recursos, identidades e interesses dentro dos membros das estruturas de mobilização e confrontos pelo poder (AMAECHEI, 2013).

Segundo Amaechi (2013), Gunning (2009) e Donatella Della Porta (2008, 2009), como em outras formas de estruturas de mobilização as táticas dos militantes, são intrínsecas ao contexto político em que estão inseridas, seu contexto cultural e são sensíveis às instituições políticas. Por exemplo, foi-se descoberto que em situações onde primeiramente se havia uma abertura à mobilização dos movimentos, mas que em um segundo momento esse acesso foi fechado, devido seja a um desejo de retomada de controle ou por uma troca de autoridades - que passaram a discordar das demandas desses grupos – existiria uma tendência a escalada do conflito. Esse também é caso, em sistemas políticos instáveis e exclusivos (que não admitem oposição), que são propensos radicalização dos grupos (PORTA, 2008, 2009). Cumpre ressaltar, que muitas vezes, pela característica transnacional dos grupos, eles vão responder a oportunidades na estrutura política alhures e não somente àquelas dentro do seu território base (AMAECHEI, 2013; PORTA, 2009).

Nesse sentido, a escalada do uso da força, aparece como um processo recíproco entre inovação e adaptação, da relação entre os movimentos e seus adversários, indo ao encontro

⁴⁴Mesmo que as SMT tenham sido produzidas em outro contexto o autor acredita ser possível essa transposição caso os pesquisadores atenham-se a diferenças culturais e estruturais que podem haver (GUNNING, 2009). Esse tipo de problema foi também tratado no capítulo 2.

aos outros autores citados anteriormente. Para a pesquisadora, Donatella Della Porta (2009), apesar do processo de adaptação e inovação na maior parte dos movimentos do ocidente terem levado a uma onda de protestos não-violentos, isso não quer dizer que essa forma de contestar tenha sido abolida, pois analisando-se uma área geográfica maior, poder-se-ia encontrar casos que ainda a usam, mas que não estão dentro dos mais familiares aos pesquisadores do campo dos movimentos sociais, como os religiosos fundamentalistas e os de direita extrema. Pouco também se estudou sobre movimentos dentro de regimes não-democráticos. Entretanto, acredita-se proveitoso, pois os chamados Estados fracos – que não têm total controle sobre seu território ou população, são nichos perfeitos para escalada da violência em movimentos sociais e para “exportação” dos *framings* e táticas extremistas. Além disso, é comum a resposta pelos Estados a esses movimentos, dentro de contextos não-democráticos, serem também violentas, entrando em um ciclo de retaliações, retroalimentado. Enquanto em países democráticos existe a sombra dos Direitos Humanos, que (supostamente) mitiga o uso da força. Em suma a radicalização deve ser encarada levando em conta três de seus aspectos: relacional, construído e processual (PORTA, 2009).

Outrossim, a violência pode ser entendida como um recurso importante para os grupos que estão inseridos dentro de setores da mobilização mais violentos. Ela surge como prerrogativa para fazer parte deles, além de uma questão de sobrevivência contra repressões policiais⁴⁵, mas também como forma atrativa de membros, dentro de um ambiente em que os movimentos sociais competem. A competição no setor do movimento social, por diminuir os recursos à disposição, também tende à radicalização. E, como outro exemplo, ao se marginalizarem, os grupos militantes tendem a mudar sua estrutura e tática, principalmente em busca da sobrevivência já mencionada, que normalmente é o que os leva a se marginalizar em primeiro lugar (AMAECCHI, 2013; PORTA, 2008, 2009).

Para a Amaechi (2013) e para Beck (2008), a radicalização é, em geral, proveniente de fortes vínculos entre os participantes, gerados a partir da socialização ao virar um membro, alterando a percepção que eles mesmos têm de suas identidades, que se imiscuem a de grupo – um processo que nem sempre tem a ver com ideologia e pode ser explicado pelo vocabulário de *framing*. Esse tipo de processo relacional, normalmente não pode ser explicado através de estudos tradicionais de terrorismo, mas foram possíveis pelas lentes das SMT (AMAECCHI, 2013). Símbolos e significados também podem ser relacionados com a tática em si da violência política, cujos efeitos morais e simbólicos colaterais são mais

⁴⁵ Se escolheu o termo policialescas, pois não existe o equivalente a polícia no âmbito internacional, o qual também é referenciado por este trabalho.

importantes que o dano material (OBERSCHALL, 2004; PORTA, 2008). É de igual notabilidade, a forma com que os movimentos justificam o uso da violência à partir de experiências do passado, mas também enquadrando as justificativas dentro de suas ideologias e crenças – ao contrário do que se dizia anteriormente no campo da Segurança (PORTA, 2009). Isto é, segundo Donatella Della Porta (2008), é-se possível afirmar que em casos de radicalização e fundamentalismo religioso, a cultura envolvida provê uma ampla gama de conceitos, mitos e símbolos nas quais participantes poderiam se basear para suas estratégias. Ela, entretanto, ressalta que as diferenças de religiões em si não são motivação o suficiente para haver algum tipo de contencioso, porém o conteúdo delas pode contribuir direcionando o comportamento dos militantes para o uso de técnicas violentas ou não.

Beasley (2010), por sua vez, em relatório para as Forças Armadas Americanas, vai aplicar de maneira rápida as SMT para elucubrar as suas possíveis utilidades práticas. Ela inicia afirmando que o terrorismo (ou violência política) é melhor utilizado teoricamente se visto como uma tática, depois passa para um breve relato do que consiste a abordagem sintetizada das SMT e termina com aplicações. Para a autora, por exemplo, a faceta das oportunidades políticas pode ajudar a explicar os casos de democratização, que tanto podem ser bem recebidos quanto mal recebidos pela população local. Quando a população acredita que isso foi uma falha da elite local, pode entender isso como abertura, ainda mais se os movimentos existentes tiverem alianças ou contato com grupos terroristas já pré-estabelecidos – o que levaria a uma tendência também de manifestação violenta. Sobre os recursos de mobilização, ela destaca os papéis dos líderes, que contribuem com o recrutamento. Igualmente, ela aponta que a maioria das organizações consegue algum tipo de financiamento externo, considerado também um recurso à mobilização. Assim como sua estrutura costumeira de rede também seria um recurso. Mencionando líderes de novo, ela aponta como eles são importantes na construção de um *framing*, ao indicar os inimigos que devem ser culpados, a solução, um motivo e ao enquadrá-los dentro de uma narrativa cultural maior. Oberschall (2004) vai fazer um exercício semelhante em seu artigo “Explaining Terrorism: The Contribution of Collective Action Theory”, chegando a conclusões bem próximas. Olesen (2008), a seu turno, utiliza as Novas SMT para estudar os processos de radicalização e recrutamento em movimentos radicais islâmicos. Cumpre notar que esses são só alguns exemplos de aplicações diretas das SMT em casos envolvendo violência política, que foram escolhidos apenas para demonstrar a sua prática.

Explanando de forma sucinta a argumentação acima, Beck (2008) afirma que o terrorismo é também um tipo de contencioso político, passível de análise sob as premissas dos

estudos de movimentos sociais, principalmente o tripartite, e pode ajudar com a falta de uma teoria e uma metodologia de análise generalizantes que marca os estudos de terrorismo. Mais precisamente, os movimentos sociais que usam de violência política, como os terroristas, são organizações como outras e enfrentam os mesmos constrangimentos de recursos; também não emergem espasmodicamente, mas dentro de um contexto de oportunidade políticas; justificam seus atos através de *framings*, geram identidades coletivas e recrutam membros da mesma forma (BECK, 2008; GUNNING, 2009; OBERSCHALL, 2004). O *framing* por sua vez, auxilia igualmente no entendimento de porquê valores coletivos mantêm o comprometimento, assim como o seu formato mais comum de redes – como sugere e foi mostrado na abordagem transnacional (BECK, 2008).

Por fim, como bem destaca Gunning, a linha entre organizações militantes e não militantes é muito tênue. Inclusive, os seus membros geralmente se percebem como do mesmo setor, “mesmo que se rotulem de ‘heróis’ ou camaradas que foram pelo caminho errado”⁴⁶ (2009, p.160). Cumpre notar, que ao enaltecer o uso das SMT para o entendimento de movimentos que se utilizam da violência política, não se descarta outros esforços prévios realizados dentro dos estudos do terrorismo. Entretanto, quer-se demonstrar que esse novo viés pode ajudar a produzir novas descobertas sobre os grupos militantes e que a produção anterior em Segurança vai ser de grande ajuda para a aplicação das teorias sintetizadas (LEHENY, 2005).

Atualmente, muitos desenvolvimentos perpassaram as duas áreas que mais citamos, as SMT e os estudos de terrorismo. Os últimos absorveram muitas das críticas às suas primeiras abordagens no recente “paradigma” dos estudos críticos, que, principalmente, colocaram violência em contexto, trouxeram atores não estatais à discussão e receberam melhor as SMT dentro de suas fundamentações. Já o primeiro, deu um grande passo ao sintetizar suas teorias sob os “contenciosos políticos” o que permitiu a análise também de organizações mais violentas (PORTA, 2009).

⁴⁶ *Comrades gone wrong* no original (GUNNING, 2009).

3 AL QAEDA SOB AS LENTES DAS TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Nessa seção ir-se-á confrontar a abordagem sintetizada tripartite e a abordagem transnacional com dois momentos dentro da história do grupo Al-Qaeda. O primeiro é o momento que o surge ou emerge o movimento e o que facilitou sua manutenção. O segundo é seu advento mais famoso e que mais impactou a política internacional, o 11 de setembro, para tentar-se entender como deu a difusão transnacional das práticas e ideias do grupo. Entretanto, antes disso é discutido brevemente se o conceito de contencioso político pode descrever, como inferiu-se acima, o fenômeno em questão e depois se ele pode ser enquadrado nas tipificações de movimentos sociais transnacionais.⁴⁷

Os estudos tradicionais em Segurança tratam a Al-Qaeda como uma organização militar com alcance global rigidamente controlada ou como células de uma rede “frouxa” operando (quase) como nós em todo o mundo. Entretanto, ela pode também ser vista como um movimento social, um grupo central a uma estrutura de mobilização de suporte e cooperação de outros movimentos de variados países (LEHENY, 2005). Ou ainda pode ser vista como um contencioso político, com intenções e objetivos claros, fundamentados em ideais religiosos islâmicos, fervorosos e radicais (ROGERS, 2008).

Primeiramente, para definir-se um contencioso político, como visto no capítulo anterior, precisa-se estabelecer que exista algum tipo de disputa, ou demanda, que não fosse um interesse direto dos participantes do contencioso e que um governo seja um dos participantes, mesmo que indiretamente (MCADAM, TARROW, TILLY, 1996a, b). O grupo em questão, como será melhor explicado nas seções abaixo, possui duas demandas mais gerais: que os Estados Unidos parem de intervir em seu território e que governos que consideram infiéis árabes, de regimes moderados, sejam derrubados e substituídos por teocracias. Desta forma, a segunda condição, o envolvimento de um governo, se torna consequência da primeira, pois os governos moderados árabes e os Estados Unidos são diretamente implicados na contenta. Sendo assim, pode-se dizer que a Al-Qaeda faz parte de um contencioso político.

Já para classificação como movimento social precisa-se que seja um desenvolvimento *bottom-up* contrário a ações de elites, governos e Estados, que tiveram seus apelos negligenciados por elas (BECK, 2008; MCADAM, TARROW, TILLY, 1996a). A Al-Qaeda é um grupo formado por indivíduos de diversas partes do planeta, mas em sua maioria da

⁴⁷ Dentro das análises, como acontece uma sobreposição do conceito analítico de *framing*, nas duas abordagens, tanto a tripartite como a transnacional, será dada preferência a primeira seção, se referenciando à ela quando necessário.

região árabe, que, como dito acima, se voltaram contra as ações e a influência do Ocidente em suas terras, realizadas por meio dos regimes moderados árabes e, principalmente, dos Estados Unidos. Cumpre notar, que apesar de alguns dos regimes da região serem moderados, são em grande parte, autoritários, repressivos e que não aceitam qualquer oposição, desta forma, negligenciando e suprimindo as demandas de seu povo – mesmo que a demanda em questão não represente a maioria.

A outra definição abordada no capítulo anterior para movimento social foi a de uma rede informal, com crenças compartilhadas, que se mobilizam por questões de confronto político, através de táticas de protesto (GUNNING, 2009). A Al-Qaeda, em sua estrutura é uma rede. E é informal, por não ter como participante nenhum governo ou ser registrada em algum país. De mesma maneira, ela se funda nas crenças comuns do fundamentalismo islâmico, se usando correntemente de táticas violentas de protesto, por causa das questões e demandas levantadas acima.

No entanto, para ser descrita como movimento social transnacional a Al-Qaeda precisava ainda se enquadrar em algumas outras definições. Segundo Milani e Laniado (2009), o principal aspecto para ser considerado um movimento transnacional é a sua falta de um território fixo, ou seu uso contínuo do global e do local. Já para a definição de Tarrow (2001), basta apenas estar agindo em pelo menos dois países, com base em no mínimo um deles, envolvidos em confrontos com detentores de poder de países estrangeiros. A questão do confronto já foi estabelecida. Entretanto, no tocante a área de atuação, a Al-Qaeda possui células em aproximadamente 40 países (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004), executando operações em diversos continentes simultaneamente. Mesmo no início da organização, ela já teria bases em pelo menos dois países, Afeganistão e Paquistão, com participantes vindos do Magrebe a Ásia Central.

Para Keck e Sikkink (1998, 1999), os movimentos transnacionais são melhores entendidos como redes informais, que dão centralidade a valores comuns e crenças, de discurso abrangente, agindo internacionalmente. Para elas ainda, seria a paixão por uma causa que uniria um grupo. Nesse sentido, viu-se antes que o fenômeno em questão é uma rede informal que age internacionalmente. Entretanto, não tinha sido abordado anteriormente que de fato a organização vai se tornar mais descentralizada e unida por um ideal, por valores e pela religião comum ao assumir esse formato mais “solto”- em comparação com uma estrutura mais hierárquica de comando. Como será abordado na próxima seção, o discurso que a Al-Qaeda utiliza é abrangente, o que o torna ainda mais eficaz, permitindo que aqueles que

são contra os malfeitos do Ocidente possam se identificar com a causa, mesmo que não acreditem em Alá, completando a última parte da definição das autoras.

Cumprir notar, que a internacionalização da Al-Qaeda assume várias formas dentro da tipologia levantada por Tarrow (2005), como a domesticação (muitos casos, como o ataque a metrô na Espanha em 2004, não foram diretamente ligados à Al-Qaeda, mas a simpatizantes que diziam agir por causa do que ocorria no Iraque) (BARTOLO, 2011); como a troca de escala, que através de ações os movimentos se iniciam em um localidade e se dispersam por outros países, aspecto que vai ser o caso relatado nas duas seções abaixo; e como o *framing* global, que é a difusão internacional de um problema doméstico através de crenças compartilhadas, e que também vai ser demonstrada mais à frente.

Entretanto, a Al-Qaeda também difere em alguns pontos do que seria um movimento social. Principalmente na sua forma atual, em que não há mais manifestações repetidas do grupo e sim de seus simpatizantes. Sendo considerada muito mais como uma ideologia do que um movimento social (BURKE, 2004). Como também será visto adiante, outro ponto que enfraquece a visão do grupo como movimento é o fato de muitas vezes, a sua coesão ser provocada por medo (BARTOLO, 2011) muito mais do que por solidariedade, como Gunning (2009) pensa ser necessário. Igualmente, alguns autores acreditam que a violência política dentro de uma estrutura de mobilização ocorre esporadicamente, mesclando-se a outras táticas políticas (PORTA, 2009), padrão que não é o da Al-Qaeda que a usa como primeiro recurso. Outros autores ainda, acreditam que o fator democrático, de emancipação social e luta pelos direitos humanos também seja fator importante para ser declarado um movimento social e que o Estado culpado, ou responsável, esteja em falta com direitos fundamentais da população (TARROW, 2005).

Nesse sentido, é importante frisar, que o contexto político em que nasceu a Al-Qaeda não é o mesmo em que foram elaboradas as SMT. O fato de o grupo terrorista ter nascido no Oriente, em países repressivos e exclusivos, na sua maioria não seculares e que foram as experiências pós-industriais das décadas de 60 e 70 na Europa e nos Estados, países democráticos liberais, que fomentaram o estudo dos movimentos sociais em primeiro momento, demanda que atenção seja tomada quanto a essas diferenças.

Quanto as diferenças entre a definição convencional de redes transnacionais de ativistas (KECK; SIKKINK, 1998) e as características da Al-Qaeda, é possível contrastá-las nos seguintes pontos: a Al-Qaeda não se autodeclara como rede – mesmo que Tarrow (2005) não acredite que isso é necessário-; ela também não usa das estratégias políticas sofisticadas das quais as autoras se referem, como a mobilização de informações e serviços por meio de

ONGs e a persuasão pacífica, e preferem o uso da violência política e o maior apoio em recursos materiais; e tampouco possui um objetivo “bom”, que possa se apoiar em instituições já estabelecidas no Sistema Internacional. Além disso, conseqüente ao que Tarrow (2001) indica como necessário para ser uma rede de ativistas, a Al-Qaeda não tem o aval ou apoio da comunidade internacional e nem possui um corpo de membros provenientes de uma elite cosmopolita, com maioria de educação elevada, ainda que tenha alguns participantes com essas características.

Agora que já foi demonstrado que o grupo em si pode ser conceituado, com suas devidas ressalvas, tanto como movimento social de cunho nacional, quanto um de espectro transnacional, passar-se-á a análise do fenômeno à partir do referencial teórico escolhido.

3.1 O SURGIMENTO DA AL-QAEDA

Essa seção vai se dedicar aos anos iniciais da Al-Qaeda sob a perspectiva da abordagem tripartite das SMT. Far-se-á um esforço em separar as três abordagens, analisando primeiro sob o ponto de vista dos recursos de mobilização, que têm maior relação com os constrangimentos da organização em si e da sua manutenção ou sobrevivência, depois utilizando as ferramentas das estruturas de oportunidade ou oportunidades políticas, o contexto político-social em que o grupo estaria inserido que facilitou a sua emergência, e, finalmente, uma investigação levando em conta o viés de *framing* – ou enquadramentos dentro de narrativas maiores culturais e sociais, que podem implicar no recrutamento e nas estratégias – que vai analisar produções do grupo, sejam orais, escritas ou documentadas de alguma outra maneira. No entanto, nem sempre será possível traçar uma linha entre as facetas devido à complementariedade delas.

Destarte, não se pode dizer com precisão quando a Al-Qaeda vai ser criada, alguns acreditam ter sido por volta da década de 1990, mas sabe-se que vários adventos já nas décadas anteriores permitiram a sua emergência e sobrevivência (METZGER, 2014). Seguindo o que Mcarthy e Zald (1997) dizem sobre o primeiro objetivo de um movimento social, que é uma organização como todas as outras, ser sua sobrevivência, a Al-Qaeda antes de mais nada se estruturou de forma que essa fosse garantida (METZGER, 2014) e pudesse perseguir seus próximos propósitos, uma vez que a organização se manteria.

Começando, então, pela faceta de recursos de mobilização, para Jenkins (1983) o sopro de vida é sempre dado pelo o que ele chama de um empreendedor e como no caso, também previsto por ele, os movimentos que envolveriam fortes crenças tenderiam à presença de líderes que guiarão seus seguidores. A Al-Qaeda, por sua vez teve nesse papel de

fundador e líder Osama bin Laden, filho de um magnata Saudita, recém-saído da universidade e que participou da Guerra do Afeganistão ao lado das guerrilhas nativas e contra a União Soviética (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004)⁴⁸. Como também sugere Jenkis, esse líder vai surgir oportunamente em meio a crises geradas por elites na região, como será visto adiante.

Segundo Metzger (2014), o grupo foi iniciado no formato de uma forte hierarquia (Figura 1), cujo principal líder era Osama Bin Laden, seguido de seu segundo líder Ayman al-Zawahiri. Logo abaixo na corrente de comando viria uma espécie de Conselho de consultoria. Após esse conselho e em mesmo nível ficaria um comando militar, uma secção especialmente criada para assuntos religiosos, um departamento financeiro, um outro departamento de mídia e publicidade e por último um setor de viagens e administrativo. No nível abaixo, viria algo que corresponde uma coordenação de células internacionais, a qual responderiam células localizadas na Europa, no leste africano e no sudeste asiático, que seriam o correspondente as suas células globais. Essas células, também ajudavam a prover recursos, como os necessários para um ataque, mas também informações para operações e refúgios (METZGER, 2014; OBERSCHALL, 2004; THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004).



Figura 1: Estrutura hierárquica da Al-Qaeda (METZGER, 2014)

Quanto a recursos financeiros, Metzger (2014) vai esclarecer também que os financiamentos eram feitos através de rendas próprias, como a fortuna herdada por Osama bin

⁴⁸ Alguns pesquisadores associam a co-fundação da Al-Qaeda a Abdullah Yusuf Azzam, um dos pais do islamismo moderno que também participaria na Guerra do Afeganistão, mas que morreria poucos anos depois numa explosão que envolveu seu carro. Sem dúvida, os pensamentos de Azzam influenciam de alguma maneira bin Laden posteriormente (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004).

Laden, ou de fontes doadoras. Um dos meios que a organização encontrou para arrecadar fundos foi estabelecendo processos estáveis fiscais, mas também fundou bancos que permitiram transações financeiras. Clarke (2001a), vai adicionar a essa lista uma rede especificamente voltada a função de arrecadar fundos dentro da organização, que entre suas táticas incluía meios criminosos de financiamento (e.g. o uso de instituições “laranja” e “mulas”). Segundo o Relatório da Comissão do 11 de setembro (2004), a organização tinha um orçamento anual de 20 a 30 milhões de dólares. A maior parte disso não era gasta com operações, mas com os salários, viagens do grupo, propaganda e outras necessidades mais básicas.

Lia (2010) vai enfatizar, por sua vez, um outro recurso de mobilização, a comunicação. Segundo ele, as estratégias de divulgação foram extremamente eficientes, devido ao seu uso extensivo e sofisticado da internet, utilizando ao máximo seu potencial, desde conteúdos audiovisuais à documentos escritos. Schild (2011) vai ressaltar que a comunicação intragrupo também era extremamente sofisticada. O grupo usava mensagens criptografadas, via e-mail e fóruns na internet, disponibilizando material de aprendizado em diversos sites.

Sobre o que tange a infraestrutura – um outro recurso - da organização, ela teria bases centrais em dois países, no Afeganistão e migrando entre o Paquistão e o Sudão. Igualmente, a Al-Qaeda se utilizou de estruturas pré-existentes (METZGER, 2014), como mesquitas que ao mesmo tempo legitimaram e deram suporte para o recrutamento, como é comum entre os movimentos sociais (BECK, 2008). O grupo era auxiliado em seu recrutamento por uma sofisticada propaganda midiática, principalmente em sites, como já mencionado (CLARKE, 2001a; METZGER, 2014). Inclusive, ofereciam o transporte e treinamento em espionagem, sabotagem, armas e explosivos, que auxiliava na profissionalização dos membros (CLARKE, 2001a; METZGER, 2014), um dos pontos importantes da teoria de recursos de mobilização (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

Outra característica que pode ser vista na Figura 1 é a especialização de setores, que também indica profissionalização. Os membros normalmente tinham cargos e funções específicos dentro da Al-Qaeda, especialmente aqueles mais próximos a Osama bin Laden. Como mais recursos humanos, pode ser considerado o exército de prontidão que o grupo tinha montado (METZGER, 2014; THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004). De acordo com Bartolo (2011), por exemplo, apenas no período em que se estabeleceu no Afeganistão, teriam passado pelo campo de treinamento pelo menos 20 mil homens. Já no artigo de Borgen (2009), ele afirma que entre os acampamentos do Sudão e do Afeganistão, chegou-se ao

número de 50 mil a 70 mil homens militarmente treinados, sem contar uma imensa (e incerta) quantidade de voluntários e recrutas vindos de todo o mundo. Apesar disso, o núcleo do grupo e membros mais permanentes eram em torno de uma centena de pessoas (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004).

Para Bartolo (2011), foi importante a mudança de uma estrutura centralizada para outra descentralizada, mesmo antes da perseguição do grupo ter sido intensificada, pois que assim, ela escondeu sua estrutura organizativa daqueles que tentavam fazer seu mapeamento. As células, por serem isoladas e com pouco contato entre as outras, favoreceram que o todo não fosse apreendido e nem compreendido, como também sugerem Milani e Laniado (2007) sobre os benefícios da estrutura de rede. Entretanto, quando tinham o formato mais centralizado, o comando central tinha mais controle sobre os atos e podia ser diretamente responsabilizado. Posteriormente, mostrar-se-á como essa mudança no tipo de estrutura foi uma adaptação as condições impostas a Al-Qaeda, como costuma ser natural nos casos dos movimentos sociais (BECK, 2008).

Nesse sentido, pode-se entender como a organização conseguiu manter-se operando. Os recursos humanos, materiais e técnicos, assim como a estrutura (que muda ao longo da existência do grupo) demonstrados acima respondem à questão de como se manteve e emergiu o fenômeno em questão. Foram vistos aqui maiores recursos pessoais providos por salários, a profissionalização que acontecia nesse caso através dos treinamentos e cargos especializados, a organização primeiramente hierárquica, passando a uma descentralização e por fim, o suporte financeiro, proveniente de rendas próprias, de doadores, de atividades ilícitas e uma rede de financiamento através do globo. Passa-se, agora, ao próximo ponto a ser abordado, a estrutura de oportunidades do grupo.

Pode-se dizer que uma oportunidade política que surgiu alguns anos antes do nascimento da Al-Qaeda, que se estima ter acontecido junto a Guerra do Afeganistão em 1979, foi a Revolução Iraniana. Muitos movimentos islâmicos e mulçumanos pelo mundo, apoiaram-se nessa revolução, cujo líder Ayatollah Khomeini⁴⁹ já apontava os Estados Unidos como o “Grande Satã”, responsável por todos os problemas pelos quais o povo mulçumano estava passando. Esses problemas eram muitos: subdesenvolvimento, pobreza, forças militares desatualizadas, autocracias apoiadas pelo Ocidente, derrotas humilhantes para Israel,

⁴⁹ Foi um dos líderes espirituais e políticos do movimento islamista moderno, no qual se visava uma sociedade e Estado islâmicos, que reforçasse a Sharia e o Islã como fonte do sistema sócio-político (BARTOLO, 2011). Outras figuras importantes desse movimento também influenciaram as ideias da Al-Qaeda como Sayyid Qutb, o escritor egípcio, executado sob acusação de sedição contra o seu governo (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004).

dependência do Ocidente, o desperdício da riqueza do petróleo para favorecer apenas uma minoria.

Para Khomeini, chegaria o dia em que o mundo inteiro iria aprender o Corão e as armas seriam usadas para alcançar os desejos de Alá e do povo Islâmico. Foi nesse ínterim, que ataques começaram a ser lançados contra os Estados Unidos (e.g. o sequestro de cidadãos americanos e a ocupação da Embaixada americana de 1979). Ataques esses que iriam formar a base para organizações como a Al-Qaeda. Afinal, muitos homens de diversos lugares do mundo árabe como Egito, Palestina, Líbia, Líbano, Arábia Saudita, vieram ao Irã para serem treinados como soldados do Islã. Foram ensinados sobre armas e doutrinados sob a ideologia islâmica pelos revolucionários e depois disso voltaram a suas terras natais (OBERSCHALL, 2004). Segundo alguns autores (BARTOLO, 2011; GUNNING, 2009), não se pode separar a Al-Qaeda de um movimento jihadista e islâmico⁵⁰ maior e anterior que a deu uma estrutura já pronta sobre a qual se erguer.

Na perspectiva de Oberschall (2004), não foram as injustiças sociais, apesar de muitas, que mobilizaram a Al-Qaeda, pois não se viu nenhuma movimentação do grupo para amenizar as queixas nesse sentido. Para ele, a organização tinha propósitos político-religiosos e não sociais. Ele concorda, porém, com Metzger, ao creditar às oportunidades papel determinante. Por exemplo, tem-se que na Arábia Saudita e pelos sauditas foram fomentadas estruturas, principalmente de cunho religioso, que serviriam posteriormente de estrutura a organizações terroristas motivadas pela religião (como o grupo em questão) – muitos deles, grupos que virariam contra os líderes desse país.

Esse era o contexto da Guerra do Afeganistão, na qual os Soviéticos invadiram o território afegão, que o Ocidente e o Oriente Médio se viram ameaçados pela força comunista e em que Osama Bin Laden financiou com seu dinheiro e apoio saudita, utilizando-se das táticas dos revolucionários iranianos, um recrutamento de *mujahedeens*⁵¹ (LEHENY, 2005; OBERSCHALL, 2004). Instalou-se na fronteira do Paquistão como Afeganistão e lá recebeu voluntários árabes e mulçumanos⁵², que foram treinados por oficiais paquistaneses e americanos. Segundo Osama, em entrevista, o dinheiro vinha dos sauditas e as armas foram

⁵⁰ O movimento jihadista, não é homogêneo, mas superficialmente negam interpretações do Corão e outros livros sagrados do Islã e têm uma tendência a favorecer estratégias violentas. De mesma maneira, o Islã como religião e movimento também não é uniforme, tendo várias ramificações, que incluem aquelas que discordam com os atos violentos perpetrados pela Al-Qaeda (BARTOLO, 2011).

⁵¹ Uma tradução possível para *Mujahdeen* é de guerreiros santos (LEHENY, 2005).

⁵² Por motivos de esclarecimentos mulçumanos são aqueles que seguem os preceitos do Islã e árabes são os povos que compartilham a língua árabe, mas também possuem algumas semelhanças culturais e nem sempre a mesma religião.

fornecidas pelos americanos, com o fim de derrotar os russos que invadiam solo árabe, próximo da década de 90.

Nesse caso, pode-se ver uma mistura de duas abordagens, tanto a de recursos, que demonstra de onde vieram os recursos humanos, financeiros e materiais para o pré-desenvolvimento da Al-Qaeda e como foi feito o recrutamento, mas também a oportunidade que surgiu na aliança dos sauditas, americanos e paquistaneses com Osama; e na mudança de alinhamento do Afeganistão com a União Soviética – dois pontos que são cruciais dentro das oportunidades políticas, alianças e mudanças de alinhamentos políticos das elites (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 1988). De maneira semelhante, antes da mais recente guerra do Afeganistão (2001), o grupo tinha como seu aliado o Talibã, e antes teve apoio da elite sudanesa (LEHENY, 2005; OBERSCHALL, 2004; SCHILD, 2011).

Uma outra oportunidade que tornou a emergência da Al-Qaeda possível, na qual Oberschall (2004) e Leheny (2005) concordam, foi a expulsão de Osama Bin Laden da sua terra natal, perdendo a cidadania logo em seguida, por contestar o abrigo saudita às tropas americanas na Guerra do Golfo. Isso fez com que ele se mudasse para o Afeganistão, depois se estabelecesse no Sudão no início ao meio da década de 90, para posteriormente retornar ao Afeganistão (por causa de pressões diplomáticas ao Sudão por ajudar criminosos internacionais). Osama bin Laden levou consigo dinheiro, armas e um pouco mais que 500 *mujahedeens* – muitos dos quais veteranos da guerra do Afeganistão. Para Oberschall (2004) e Withnall (2015), foi nessa época também que ele começou a planejar sua guerra contra os Estados Unidos e o Ocidente.

Segundo Leheny (2005), foi no seu refúgio no Afeganistão, que bin Laden iria se tornar próximo a al-Zawahiri, líder do Jihad Egípcio Islâmico, quem iria ser seu braço direito na Al-Qaeda, unindo as duas organizações. Alianças são extremamente importantes para gerar oportunidades de mobilização (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 1988), ainda mais essa aliança que significava a união de um poderoso exército de militantes, treinado em táticas militares terroristas do lado de al-Zawahiri e o carisma e fortuna de Osama bin Laden, extremamente útil para o financiamento das atividades e recrutamento, ao buscarem seu objetivo comum à época: conseguir expulsar a presença americana da Arábia Saudita (LEHENY, 2005).

Ainda sobre alianças, para Leheny (2005), desde 1990, uma das grandes conquistas do líder da Al-Qaeda foram suas conexões através da rede de contatos de veteranos do *jihad* no Afeganistão. Como por exemplo, em 1998, uma nova oportunidade surgiu junto a uma nova

aliança “O Fronte Internacional Islâmica pelo *jihad* e contra Judeus e Cruzados”⁵³, na qual se uniram a outras organizações militantes jihadistas importantes da época, a fim de promover uma agenda unida e coordenar suas ações em busca de um *jihad* global. Esse tipo de união guarda-chuva iria ser algo recorrente na história do grupo (SCHWEITZER, 2010).

Outro ponto de inflexão que permitiu o crescimento da organização foi a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, quando os Estados Unidos intervieram na disputa, o que enfraqueceu o governo iraquiano, mas deu a oportunidade perfeita para que a Al-Qaeda atacasse os soldados estrangeiros que estavam em solo saudita. Osama Bin Laden declararia sobre isso, que a Arábia Saudita era um aliado dos Estados Unidos e tinham parado de governar de acordo com Deus (OBERSCHALL, 2004; METZGER 2014). Nesse caso tem-se uma mistura de estrutura de oportunidades, com *framing* que será visto depois, na qual um líder observou uma oportunidade, um evento e o alinhou com uma justificativa e um discurso anterior (anti-intervenção estadunidense). Foi após essa invasão, também, que o líder da organização finalmente conseguiu estabelecer uma de suas bases sob o governo Talibã, após ter que sair fugido do Sudão, e quando ele teve que descentralizar a estrutura do grupo, dando mais liberdades as células (METZGER, 2014).

Ao mesmo tempo em que essas oportunidades aconteceram, muitas janelas se fechavam no mundo árabe, como a de Gamal Abdel Nassar e seu nacionalismo árabe e o socialismo Baatista na Síria (OBERSCHALL, 2004). A promessa do modernismo (inspirado no Ocidente) e prosperidade que líderes árabes fizeram ao assumir o poder, não se cumpriu. Em seu lugar, surgiram regimes autocráticos e intolerantes (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004). Esse processo de abertura, seguido de fechamento de oportunidades segundo Donatella Della Porta (2009) é o que faz com que grupos se ergam e normalmente de forma violenta, como visto anteriormente.

Para Beck (2008) e para o Centro de Estudos da Al-Jazeera (2010), as intervenções americanas no Oriente Médio enfraqueciam as autoridades centrais, o que fez com que fosse mais fácil a mobilização, inclusive de militantes, como foi indicado por Jenkins (1983) ao abordar a oportunidade política gerada por fragilidades nas autoridades centrais. Beck (2008), dá o exemplo das guerras do Golfo, que propiciaram a emergência da Al-Qaeda na região. Para outros autores, foi no Afeganistão, que o grupo encontrou a “combinação perfeita de anarquia, instabilidade e antipatia pelo Ocidente” que fomentou a empresa de uma organização militar mais estruturada (RABASA *et al.* , 2006). Tratando-se de países

⁵³ *The Internactional, Islamic Front for Jihad against Jews and Crusaders* no original (OBERSCHALL, 2004).

exclusivos e repressivos, que não toleram nenhuma oposição, com problemas econômicos e sociais, onde há extrema concentração de dinheiro, o contexto dos países do Oriente Médio e do Magrebe (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004; AL-JAZEERA CENTER FOR STUDIES, 2010), se torna um nicho perfeito para emergência de movimentos associados a táticas violentas (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009).

Outras duas oportunidades políticas indiretas envolvem a percepção dos militantes da situação em que estavam. A primeira, deriva da Guerra do Afeganistão, em que os veteranos da guerra saíram vitoriosos e viam-se capazes de enfrentar a missão do *jihad*, visto que tinham derrotado uma das duas superpotências (LEWIS, 2001; SCHILD 2011). A segunda, derivada da queda da União Soviética, deixou-os sem nenhum aliado do próprio Ocidente, que pudesse auxiliá-los no combate aos Estados Unidos, como tinham feito até então, tendo que agir sozinhos. Contribuiu o fato que, também em sua percepção, os Americanos não eram tão perigosos assim, já que teriam fugido do Vietnam, do Líbano e da Somália (LEWIS, 2001). Esse último argumento pode ser demonstrado na fala de bin Laden em 1998, em entrevista com John Miller

We have seen in the last decade the decline of the American government and the weakness of the American soldier, who is ready to wage cold wars and unprepared to fight long wars. This was proven in Beirut when the Marines fled after two explosions. It also proves they can run in less than twenty-four hours, and this was also repeated in Somalia.(...) The youth were surprised at the low morale of the American soldiers (...) After a few blows, they ran in defeat (LEWIS, 2001, p.20).

Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (1996a) a consciência de uma oportunidade ou a percepção de um evento como tal, visto no capítulo anterior e apresentado acima, tem grande influência na mobilização. A possibilidade da mobilização aumenta igualmente, segundo esses autores, na mudança da estrutura de alianças políticas, que tanto pode se referir a um contexto maior, onde não existe mais duas superpotências, quanto pode se referir a um nível menor, como a guerra do Afeganistão; aumenta a possibilidade de mesma maneira, na existência de grupos aliados, que como viu-se é um padrão recorrente o de forjar alianças, como a que trouxe o braço direito de bin Laden ao grupo e outras mais temporárias como o apoio dos governos saudita, americano, paquistanês, sudanês e afegão; crises na estabilidade dos regimes, por exemplo as conseqüentes às invasões supracitadas, também ampliam as chances. Assim como, governos repressivos, que suprimem a oposição, mas que também não

controlam completamente seu território, de quantidade expressiva nos países em que atua a Al-Qaeda, fomentariam igualmente o nascimento de um movimento social, dando o porquê de ele acontecer.

Muitas manifestações como esse trecho acima vão ser repetidas ao longo da história da Al-Qaeda. E são esses discursos da organização, sobre os quais a próxima e última faceta da abordagem tripartite das SMT vai se debruçar ao abordar a perspectiva do *framing*.

Al-Qaeda se usa do *framing*⁵⁴ para cada vez mais criar uma divisão entre muçumanos e não muçumanos, criando de mesmo modo, um ambiente hostil de simultâneo medo e coesão intragrupo (METZGER, 2014). Considera-se que a narrativa mais holística proferida pela organização é aquela que faz o *frame* de conflitos locais, como parte de uma luta maior e mais abrangente, contra os apóstatas – esse seria o seu *master frame*. O primeiro passo nesse sentido, para demonstrar suas ideias, foi o comunicado, em forma de carta aberta ao rei da Arábia Saudita, em 1995, escrito por Osama bin Laden, em que ele criticava o quão corrupto e alienado ao Islã essa autoridade teria se tornado, se unindo aos Estados Unidos e deixando que as tropas estrangeiras permanecessem em seu país (RABASA *et al.*, 2006; THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004). O seu segundo pronunciamento mais conhecido, no ano seguinte, declararia guerra aos Estados Unidos, emitindo seu primeiro *fatwa*⁵⁵, em conjunto com Al-Zawahiri e outros, declarando que todos os americanos e seu civis mereciam a morte, como será visto mais à frente. Ao enquadrar os Estados Unidos e todos os infiéis no lugar de inimigos do Islã e empecilho para alcançar um Califado purista, eles se tornam meros objetos e não são mais enxergados como humanos, desmoralizando o uso da violência contra eles (SCHILD, 2011) – “They” (os militantes) “have no intention except to enter paradise by killing you. An infidel, and enemy of God like you, cannot be in the same hell as his righteous executioner” (PALLISTER, 2001).

Uma das funções do *framing* é identificar problemas (BENFORD; SNOW, 2000) e segundo Metzger (2014) a Al-Qaeda acredita que são três os maiores problemas que os afligem: a) a ocupação israelense de terras palestinas; b) o suporte dado por ocidentais, principalmente dos EUA, a regimes autoritários; c) a presença militar dos Estados Unidos e influência no Oriente Médio e na Ásia Central, colocando, como pode-se ver, os Estados Unidos como vilão principal, que deveria ser expulso da terra santa. Ou como apontado no

⁵⁴ É válido ressaltar que nessa seção abster-se-á de comentários relacionados a dissidências em *framing* e sua construção e focar-se-á no que foi exposto como resultado final, pois devido a clandestinidade da organização seria quase um esforço de adivinhação fazê-lo. Apesar que para alguns autores (LIA, 2010), fique clara a existência deles.

⁵⁵ *Fatwa*, decisão baseada na lei islâmica (LEHENY, 2005; SCHILD 2011)

fatwa de 1996: "there is no more important duty than pushing the American enemy out of the holy land" (PALLISTER, 2001). Tendo em vista que, os cidadãos americanos elegem seus líderes, eles também seriam responsabilizados – e.g. "The American people should remember that they pay taxes to their government, they elect their president, their government manufactures arms and gives them to Israel and Israel uses them to massacre Palestinians" (DAVIS, 2011), no que ele continua com "The American Congress endorses all government measures and this proves the entire America is responsible for the atrocities perpetrated against Muslims. The entire America, because they elect the Congress" (THE GUARDIAN, 2001).

O grupo igualmente, se utiliza de passagens no Corão para justificar suas ações, se suportando dessa forma em crenças compartilhadas. Por exemplo, segundo estudiosos do Islã, o *jihad*, se torna uma obrigação individual quando o seu povo está sob ataque (LEWIS, 1998)⁵⁶, ou nas palavras de Osama bin Laden: "This is defensive Jihad. We want to defend our people and our land. (...)The Israeli forces occupy our land and the American troops are on our territory. We have no other option but to launch Jihad" (THE GUARDIAN, 2001). Os discursos também encontram o problema e um inimigo ao qual motivar a ação contra, o Oeste e mais precisamente os EUA. E soluções, que segundo relatório do Conselho de Segurança Nacional americana (2001), seriam duas: expulsar os Estados Unidos do mundo muçumano, eliminando sua presença militar e econômica da região; e trocar regimes moderados e democráticos nos países muçumanos, por teocracias parecidas com o governo Talibã. Além disso, o grupo teria um objetivo de longo prazo, o estabelecimento de um Califado pan-islâmico, de início no Oriente Médio, mas podendo se estender a um horizonte maior.

Nesse sentido, encontra-se em discursos proclamados por Bin Laden, passagens que reiteram esses problemas, como o manifesto "O Fronte Internacional Islâmico pelo *jihad* e contra Judeus e Cruzados" (1998) em que ele afirma que os Estados Unidos

For over seven years the United States has been occupying the lands of Islam in the holiest places, the Arabian peninsula, plundering its riches, dictating to its rulers, humiliating its people, and terrorizing its neighbors (...) to kill Americans and their allies—civilian and military—is an individual duty for every Muslim, in order to liberate the al-Aqsa mosque [Jerusalem] and the holy mosque [Mecca] from their grip (...) (OBERSCHALL, 2004, p. 34)

⁵⁶ Cumpre notar, que as interpretações feitas pelo grupo do Islã, são intepretações radicais e extremistas, que não são consenso entre os muçumanos e muito menos por seus interpretes (LEWIS, 1998).

A partir desses discursos, e os utilizando como justificativa, a Al-Qaeda pode mudar seu foco do inimigo próximo, os regimes que em sua visão eram corruptos, para o inimigo distante, a verdadeira raiz dos problemas do mundo árabe e onde poder-se-ia aplicar a solução (LYNCH, 2006; ROGERS, 2008). Ou ainda em outros dois trechos de 1998, fica clara a responsabilização do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos e incluindo Israel, e que a motivação seria fazê-los pagar por todas as mortes que causaram:

turning its bases in the Peninsula into a spearhead through which to fight the neighboring Muslim peoples.(...) Despite the great devastation inflicted on the Iraqi people by the crusader-Zionist alliance, and despite the huge number of those killed, which has exceeded 1 million... despite all this, the Americans are once again trying to repeat the horrific massacres, as though they are not content with the protracted blockade imposed after the ferocious war or the fragmentation and devastation. (BEASLEY, 2010, p. 146)

Em mesmo discurso ele vai completar as funções de *framing*, encontrando e recomendando a solução para os problemas daqueles que sofrem no mundo Árabe e querem ser governados por um igual, que siga os preceitos de Deus, como pode-se ver a seguir:

All these crimes and sins committed by the Americans are a clear declaration of war on Allah, his messenger, and Muslims. (...) On that basis, and in compliance with Allah's order, we issue the following *fatwa* to all Muslims (...) We -- with Allah's help -- call on every Muslim who believes in Allah and wishes to be rewarded to comply with Allah's order to kill the Americans and plunder their money wherever and whenever they find it. We also call on Muslim *ulema*, leaders, youths, and soldiers to launch the raid on Satan's U.S. troops and the devil's supporters allying with them, and to displace those who are behind them so that they may learn a lesson. (BEASLEY, 2010, p.147, grifo nosso)⁵⁷

O foco nos Estados Unidos vai ser justificado por bin Laden em entrevista, no mesmo ano, ao afirmar que “We believe that the worst thieves in the world today and the worst terrorists are the Americans. Nothing could stop you except perhaps retaliation in kind. We do not have to differentiate between military or civilian. As far as we are concerned, they are all targets.” (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004, p. 47). O *fatwa*, nesse sentido,

⁵⁷ *Ulema*, expertos em teologia e na lei islâmica, também chamada de Sharia (LEWIS, 1998), diferente de *Umma*, que quer dizer comunidade global de crentes (BURKE, 2004)

mencionado no trecho anterior, pode ser incluído como um tipo de *framing*. Afinal, Keck e Sikkink (1999) vão admitir que um *frame* pode também conformar o tipo de ações e estratégias das quais uma organização vai recorrer.

Pode-se também afirmar que essa imagem de dependência do Ocidente e seus problemas, ecoam (BENFORD; SNOW, 2000; KECK; SIKKINK, 1998, 1999) em um discurso já vastamente difundido anteriormente na Revolução Iraniana que acreditava que o problema do mundo muçumano residia na modernização promovida pelo Ocidente e que devia-se voltar ao estado original das coisas, com uma liderança árabe e sistemas políticos teocráticos, quando o povo árabe era forte e grandioso (OBERSCHALL, 2004). Esse discurso de fato, foi repetido por Osama, quando ele afirmou que a nação islâmica vem “saboreando humilhação e desgraça. Seus filhos foram mortos e seu sangue derramado e suas santidades profanadas por mais de 80 anos” (LEWIS, 2001, p.1), se referindo a queda do império Otomano (OBERSCHALL, 2004). Ou ainda, no manifesto já mencionado de 1998 em que ele afirmou que “The ruling to kill the Americans and their allies -- civilians and military -- is an individual duty for every Muslim who can do it in any country in which it is possible to do it” (BEASLEY, 2010, p.147). Aqui faz-se conexão com o dever do *jihad*, já mencionado anteriormente. Outro alinhamento de *framing* encontrado é a crença compartilhada entre o povo islâmico, mas principalmente entre os Sunitas⁵⁸, que a queda do último Califado foi causada pelo abandono dos preceitos da religião pelos líderes, deixando o seu povo exposto a invasões e exploração (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004).

De acordo com Lia, a abrangente efetividade do *framing* do grupo terrorista, se dá pela sua característica simples e que corresponde com a realidade enxergada pela população, muito mais que movimentos islâmicos anteriores que lançavam de artifícios elitistas e teorizações, que para ele seria traduzido em uma frase: “Islã está sendo atacado” (2010, p. 262), apelando para a solidariedade islâmica.

A ênfase dada, como visto em trechos mostrados anteriormente, era na ocupação estrangeira de terras árabes, na profanação de espaços sagrados para a religião e em como eles estariam roubando as riquezas naturais. De fato, era notável (e ainda é) a presença americana no mundo árabe, econômica, política e militarmente, seja pelo apoio patente a Israel, mesmo que esse continue ocupando áreas palestinas, seja pelo apoio latente a regimes autoritários “amigos” (LIA, 2010) – todos mencionados como interesses reais americanos na região em

⁵⁸ Após a morte do profeta Maomé, o povo muçumano se dividiu entre Sunitas e Xiitas. Os primeiros acreditam que qualquer um poderia ser um líder de seu povo desde que correspondesse aos ideais da religião e a seguisse rigorosamente. Os segundos, minoria na maioria dos países mundo árabe, acreditam que apenas descendentes diretos de Maomé poderiam ser líderes (THE 9/11 COMMISSION REPORT, 2004).

relatório à Condoleezza Rice em janeiro de 2001 (CLARKE, 2001b). Consequente, então, ao que havia sido sugerido por Benford e Snow (2000) que a realidade percebida ao coincidir com o discurso promovido, torna esse último muito mais potente.

De mesma forma, o discurso produzido pelo grupo, afetou o recrutamento, mais abrangente frente a outros grupos islâmicos, aberto a qualquer um que professasse ou se convertesse a ideologia radical (LEHENY, 2005; LIA, 2010) – cumprindo outra das implicações do *framing*, o recrutamento (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996b).

A abrangência do discurso, não acontece por acaso e, de novo, vê-se mais um alinhamento de *framing* com a cultura presente no Oriente Médio, de muçulmanos, na qual eles não se enxergam em nações, se separando por origem de país, mas como uma nação só, unidos sob a mesma religião, separados por descendências. Continuando se referindo a outros povos durante anos apenas como infiéis (LEWIS, 2001).

É importante notar, que a configuração da região, foi em boa parte modificada por países Ocidentais, discricionariamente, após a queda do Império Otomano (LEWIS, 2001), ao que os militantes se referem dessa forma “as though they are not content with the protracted blockade imposed after the ferocious war or the fragmentation and devastation” (BEASLEY, 2010, p. 146). Desde esse marco, e até antes, outras humilhações pelo Ocidente ainda ecoam na história muçulmana. E agora os Estados Unidos ocupavam o lugar de sucessor da dominação Ocidental (LEWIS, 2001).⁵⁹ Lewis (2001) também vai levantar a questão, que dentro do Islã, o primeiro dever é obedecer seu superior, mas caso ele não esteja agindo de acordo com as leis de Deus, a ordem é a desobediência.

Algo que contribuiu, igualmente, na difusão do *framing*, foi a construção de um ideal de meta-estadista para Osama Bin Laden (METZGER, 2014) ecoando o que indicaram Benford e Snow (2000) sobre a importância da credibilidade de um líder. Outra contribuição veio da mídia, através da qual os líderes da Al-Qaeda, bin Laden e al-Zawahiri, se dedicaram muito expedindo opiniões regularmente, as difundindo. Esses tipos de manifestos, discursos, e comunicados, de acordo com Beck (2008), são parte importante da atividade terrorista.

Para Leheny (2005) e Rabasa et al (2006) o treinamento militar teve papel importante na construção da identidade coletiva. Lá eles se separavam de seus entes queridos e família, eram submetidos a uma forte disciplina militar e intenso proselitismo, que faziam com que se sentissem como parte de algo maior, que parte da sua identidade era formada pelo grupo. Donatella Della Porta (2009) vai se referir a isso como socialização, ao entrar num coletivo.

⁵⁹ Para se aprofundar nos diversos momentos em que povo muçulmano se sentiu humilhado vide Lewis (2001) “A Revolta do Islã”.

Já para Bartolo (2011) e Rabasa et al. (2006), o fato da Al-Qaeda se encaixar numa ideologia religiosa maior, como a jihadista e a islâmica, e também o fato de o grupo, dar uma causa aqueles que tinham angústias, mas não tinham achado um objetivo, permitiu que a organização se tornasse global e fizesse operações transnacionais. Uma delas foi o 11 de setembro de 2011, que será abordado a seguir.

Sendo assim, nas manifestações da Al-Qaeda, mas também em suas ações, ela identificou injustiças cometidas contra seu povo e os antagonistas que deveriam ser responsabilizados por ela (MCADAM, TARROW, TILLY, 1996b) através de uma mensagem simples e possante, nós *versus* eles. As humilhações foram muitas e o ressentimento remontaria, pelo menos, desde a queda do Império Turco Otomano, mas os inimigos eram óbvios, os infiéis, o Ocidente, representados fortemente pelos Estados Unidos. Fornecendo, assim, símbolos envolta dos quais pessoas, que sozinhas não se manifestariam, pudessem se unir (MCADAM, TARROW, TILLY, 1996b), recrutando candidatos, construindo uma identidade coletiva. Viu-se repetidas vezes, não só o uso de crenças já existentes dentro do Islã, como o *jihad*, mas também eventos pontuais que marcaram a vida dos mulçumanos, como as Cruzadas (BENFORD, SNOW, 2000).

No fenômeno em questão, o *framing* é alinhado a uma ideologia religiosa radical, mas também à realidade vivida e percebida por muitos mulçumanos, dentro e fora de seus países, produzindo um alinhamento, que nada mais é que a capacidade de uma narrativa construída por uma organização tem de abarcar significados compartilhados mais abrangentes (KECK, SIKKINK, 1998, 1999). A mídia, com certeza teve sua parte no alcance desses significados projetados. Também se viu que a partir dos discursos, formaram-se estratégias, ou vice-versa, demonstrando além do porquê a Al-Qaeda se mobilizou, mas também o como, encerrando assim a análise dos recursos a mobilização, das oportunidades políticas e dos *framings*.

3.2 O 11 DE SETEMBRO

O 11 de setembro, ou 9/11, foi a data em que as cidades de Nova York e Washington ficaram perplexas com atentados terroristas. Foi um ataque repentino, que levou a um grande número de casualidades (quase 3 mil) e que atingiu com aviões grandes símbolos americanos: o World Trade Center, um dos prédios mais altos do mundo, fórum comercial e econômico; e o Pentágono sede da defesa nacional e inteligência americana. Foi a Al-Qaeda quem assumiu a responsabilidade. E a reação do governo foi assertiva, acabaria com os regimes políticos em vigor no Afeganistão e no Iraque (ROGERS, 2008).

A operação terrorista levou um total de 2 anos para ser executada desde que foi concebida. Escolheu-se os militantes que iam participar dos ataques suicidas, como Mohamed Atta e Abdul Aziz al Omari, e eles foram mandados para treinamento. Cerca de um ano depois, alguns deles estariam em solo americano para tomar aulas de voo, se misturando ao povo local, esperando a oportunidade certa para agir, captando todos os detalhes que pudessem para que nada desse errado. Na manhã de 11 de setembro de 2001, quatro aviões foram sequestrados, dois atingiram as Torres Gêmeas, um atingiu uma ala do Pentágono, e um terceiro não chegou ao seu destino (acredita-se que os passageiros tenham se rebelado). Os pilotos desse último voo bradavam antes de morrer por sua causa, “Alá é o maior”. Apesar de não ter cumprido plenamente seu objetivo, os sequestradores dos aviões conseguiram algo novo: atingir o Ocidente, dentro do território de seu inimigo número um, os Estados Unidos (RABASA *et al.*, 2006; “THE 9/11 COMMISSION REPORT”, 2004; BBC, 2017).⁶⁰

Essa foi uma das operações mais famosas realizadas pela organização terrorista e será analisada através da perspectiva dos movimentos transnacionais, primeiramente abordando os *framings* que orbitaram a operação e depois ressaltando o formato da organização ao período dessa, que contribuam para a imagem de movimento transnacional da Al-Qaeda.

Foi depois do 11 de setembro que Osama Bin Laden declarou, através da rede midiática Al-Jazeera, que os Estados Unidos, estariam matando um milhão de crianças no Iraque (se referindo à sanção imposta ao país pelos americanos) e falou também sobre as milhares de mortes causadas pelas bombas de hidrogênio americanas no Japão, dando a entender que o que o grupo terrorista tinha perscrutado sobre solo americano não era nada mais do que merecido (OBERSCHALL, 2004). De novo, como visto na seção anterior, indo ao encontro dos achados de Bendford e Snow (2000) sobre as funções de um *framing*, vê-se que o grupo encontrou um problema (as mortes de inocentes), e responsabilizou alguém (os Estados Unidos), e uma forma de solucioná-lo, pela retaliação – melhor posto, o 11 de setembro. Pode-se exemplificar isso na fala de Osama após o incidente em que ele declara que “America will not have peace before peace reigns in Palestine and before all the army of infidels depart the land of Mohamed” (THE GUARDIAN, 2001a).

Outro ponto levantado na abordagem transnacional foi a eleição de um inimigo como alvo, o qual para o caso da Al-Qaeda pode-se dizer serem todos os infiéis, não apenas o Ocidente ou os Estados, que não professam a religião islâmica como pode ser visto na passagem em que o líder do grupo exorta que “the world is divided into two camps, the camp

⁶⁰ Uma explicação detalhada do que houve no atentado pode ser encontrado no Relatório da Comissão do 11 de setembro (2004).

of the faithful and the camp of the infidels” (GILLAN, 2001). Isto é, fazendo um *frame* do conflito, não da Al-Qaeda contra os Estados Unidos, mas uma guerra de civilizações, do Islã contra o Ocidente (LYNCH, 2006; RABASA *et al.*, 2006), apesar de impingir seu ataques principalmente a alvos americanos.

Pode-se, nesse sentido, fazer uma extrapolação do que disse Tarrow (2001) em que um Estado que possui proeminência na política internacional, tende a ser o culpado pelas instituições que vigoram no mesmo contexto – de cunho liberal, democrático e secular. Instituições que, segundo Oberschall (2004), vão contra os objetivos político-religiosos da Al-Qaeda e que tinham sido a motivação – ou justificativa - para as intervenções americanas na região, tomando como inimigos até mesmo governantes árabes que demonstravam amizade ao Ocidente.

De acordo com Lia (2010), o próprio Ocidente contribuiu para compatibilidade entre a realidade e o discurso do grupo terrorista. Com suas intervenções fortemente armadas contra o Iraque e o Afeganistão e a declaração de Bush em 2001 que o 11 de setembro era um ato de guerra e não somente de terrorismo, não medindo esforços para erradicar a organização, serviram para “comprovar” a agressividade do Ocidente de que tanto falava bin Laden. Além disso, serviu para o *status* de celebridade da Al-Qaeda, um dos grupos terroristas mais abordados pela mídia, repetindo várias vezes as mensagens proferidas pelo grupo, auxiliando no recrutamento.

De modo controverso, Burke (2004), vai argumentar que militantes da Al-Qaeda, apesar de suas táticas violentas e seu *master frame* mencionado, tinham preocupações com justiça social e as harmonizam a esse *frame* principal, como as suas contrapartidas mais democráticas e de antiglobalização. Por exemplo, ele vai citar o documento de bin Laden maldizendo os Estados Unidos ao não ratificarem o protocolo de Kyoto. Ou as afirmações de Ayman Al-Zawahiri contra multinacionais, que elas seriam um dos grandes males da modernidade. E por último, Mohammed Atta, um dos suicidas do ataque ao World Trade Center, reclamando sobre a ironia das plantações egípcias serem voltadas à exportação de morangos para o Ocidente, enquanto a população mal conseguia comprar pão.

Já sobre estrutura, no período próximo ao 11 de setembro a organização já estava mais descentralizada, unida muito mais por um ideal comum do que uma hierarquia ou um líder (METZGER, 2014; RABASA *et al.*, 2006). O centro do grupo apenas seria uma fonte de conselhos e união espiritual, muito mais que comandos (BARTOLO, 2011; METZGER, 2014), emulando o que Keck e Sikkink (1999,1998) dizem ser o padrão nos movimentos sociais transnacionais. Oberschall (2004), vai endossar o período da descentralização

afirmando que esse formato de organização foi adotado por Bin Laden em 1990, com a intenção de estender o alcance do recrutamento à Europa Ocidental e aos Estados Unidos, além de aumentar o financiamento a essas regiões. Essa extensão foi apoiada pela já existente estrutura religiosa (mulçumana fundamentalista), como mesquitas, escolas e fundações no Ocidente. A transição para a forma difusa foi de mesma forma facilitada pelas legislações mais permissivas de transferências monetárias, viagens, comunicação, intercâmbios educacionais, documentos de identificação e liberdades religiosas. Facilidades essas que podem ser atribuídas a modernidade e a globalização política - corroborando à hipótese de Tarrow (2005) e da globalização fraca de Keck e Sikkink (1999, 1998) que esse advento apenas promoveria mais chances de uma transnacionalidade -, mas que também permitiram que as ações ilegais e criminais fossem mascaradas nos países Ocidentais. Para Burke (2004) a ameaça da Al-Qaeda na época do 11 de setembro vinha muito mais da sua ideologia, a que ele chama de “Al-Qaedismo” que continuaria a reunir milhares de seguidores, do que da própria organização em si.

Outro ponto que apoia o argumento de que no episódio do 11 de setembro o grupo era uma organização de estrutura descentralizada, foi a descoberta que essa operação envolveu participantes de quatro continentes diferentes, com células na Europa e nos Estados Unidos, tendo membros provenientes de países na África e Ásia e o nó central da organização, migrando do Sudão para o Afeganistão, como mencionado anteriormente (BARTOLO, 2011).

Segundo Borgen (2009), a Al-Qaeda nesse período, seria uma grande rede que encorpava redes menores, afiliadas - em pelo menos quarenta nações (CLARKE, 2001a) - que implicavam direta ou indiretamente no rumo da organização e com uma rede menor, seu núcleo duro, que não contava com muito mais 120 membros (RABASA *et al.*, 2006). Indo ao encontro, assim, do que Keck e Sikkink (1999) dizem ser possível para a estrutura de uma rede (que ela seja uma rede, dentro de uma rede maior, sem muitas pessoas envolvidas diretamente, mas que poderia movimentar massas).

A Al-Qaeda, no 11 de setembro, se utilizou de duas táticas que Keck e Sikkink (1998, 1999) enumeram como possíveis nas ações das redes de ativistas: a simbólica e a de influência. A primeira, que concerne a utilização de símbolos já existentes, remontam as falas de bin Laden, ao ressaltar faltas históricas cometidas pelos Estados Unidos, dando sentido ao atentado e que também foram detalhadas na seção anterior. E a segunda, que consiste em encontrar pontos vulneráveis no inimigo, tanto materiais quanto morais, para se obter alguma vantagem sobre ele. No 11 de setembro, a economia americana foi fortemente atingida, prédios foram destruídos e vidas foram levadas, que podem ser traduzidas em pontos

materiais. Já nos pontos de vulnerabilidade moral, a segurança do Estado foi perfurada, deixando o Estado exposto, por causa de uma organização terrorista, um ator-não estatal.

Pode-se dizer que o 11 de setembro foi uma tática de influência, não apenas pela quantidade de casualidades, mas porque pela primeira vez um ataque dessa magnitude tinha infiltrado o ocidente e o principal alvo do terrorismo internacional, os Estados Unidos (“THE 9/11 COMMISSION REPORT”, 2004). Em outro discurso, fica claro o objetivo de vexar o país inimigo:

Our method thus far in this battle has been to continue to pile up more American corpses onto their unjust government until we break the arrogance of the United States, crush its pride, and trample its dignity in the mud of defeat. (RABASA *et al.*, 2006, p. 24)

Essa proposição fica ainda mais potente quando Oberschall (2004) afirma que os atos da Al-Qaeda são planejados de forma que tenham efeitos morais e atinjam uma plateia. Declara igualmente que o motivo para a Al-Qaeda ter trazido o terror ao solo americano foi devido ao efeito e o trauma que isso infligiria, muito maior do que os ataques nas instalações americanas no exterior, aumentando a possibilidade de mudança na política externa dos Estados Unidos frente ao Oriente Médio. Essa ideia pode ser exemplificada por uma parte de um vídeo de 2001 em que Osama bin Laden afirma: "struck by God Almighty in one of its vital organs, so that its greatest buildings are destroyed" (THE GUARDIAN, 2001).

Indo por caminho semelhante, Borgen (2009) vai admitir as táticas da Al-Qaeda como forma de atingir os seus alvos moral e economicamente. Um de seus líderes, Ayman al-Zawahiri teria dito que suas táticas tinham a finalidade de cansar o inimigo, para que eles finalmente saíssem das terras mulçumanas. Mais uma vez, vê-se uma congruência no exposto por Keck e Sicking (1999,1998), no objetivo dos “ativistas-militantes”, em mudança nas políticas públicas ao iniciar suas operações. Como explica Beck (2008), os alvos também são símbolos e formas de *framing*, e ataques violentos dão a oportunidade aos grupos de justificarem suas ações, anunciando suas demandas e seus objetivos. Igualmente, vê-se uma leitura dos membros da Al-Qaeda de uma estrutura de oportunidades, na qual resolveram agir

Ainda sobre táticas, segundo Bartolo (2011), grupos jihadistas inclusive a Al-Qaeda após falharem em acabar com as democracias e os Estados seculares próximos, que eram seu objetivo próximo, resolveram por um apelo internacional. Aqui, com suas limitações, pode-se fazer uma alusão à estratégia de *boomerang* (KECK; SIKKINK, 1998, 1999), na qual os militantes ao falharem por meios domésticos resolver o seu problema local, buscam resolvê-lo por meios exteriores, (e.g. atentados em solo americano) ativando as suas células e contatos

externos a sua região, que ao atingir um país estrangeiro, trazem atenção ao seu tema regional. Ou como demonstra Bartolo (2011), as organizações jihadistas externas a Al-Qaeda assumiam a “franquia” dessa entidade maior, para causar maior impacto.

Segundo Oberschall (2004) também, o custo-benefício do atentado do 11 de setembro seria propício, pois era pouco arriscado na visão do grupo e de baixo custo⁶¹ – a contra-inteligência do país tinha falhas, assim como as organizações de segurança em monitoramento e os procedimentos para parar atos de terrorismo transnacional, adicionada ao fato que as forças militares americanas não seriam as mais adequadas a agir nesses casos. Esse fator, corrobora com o que foi abordado por Tarrow (2005) anteriormente, que mesmo quando agindo transnacionalmente, um movimento vai ser constringido por oportunidades políticas.

Como aqui foi tentado demonstrar, a Al-Qaeda, um ator não-estatal cumpre uma das características principais dos movimentos sociais transnacionais, o uso contínuo do local e global (MILANI E LANIADO, 2007), com suas células espalhadas pelo mundo. Igualmente, no período do atentado de 11 de setembro, essas células se encontravam extremamente dispersas, sem uma unidade estrategista central, mas unida por ideias, valores comuns e sua paixão, mobilizando milhares de pessoas (KECK, SIKKINK, 1998,1999) pela causa do *jihad*. Praticaram um *framing* do seu problema em um significado maior, a cultura muçumana. Usaram sofisticadamente da informação para alcançar suas estratégias políticas (KECK, SIKKINK, 1998, 1999) exemplificado tanto no seu intenso e extenso uso da internet e da mídia, como também o foi o atentado de 2001, algo nunca antes visto em solo americano, que surpreendeu, dando visibilidade ao tema da intervenção estrangeira no mundo Árabe.

⁶¹ 500 dólares, segundo estimativa de Osama bin Laden, contra um prejuízo de 500 milhões na economia americana (RABASA *et al.*, 2006).

4 CONCLUSÕES

A presente investigação teve como perguntas centrais: “como e por que emergiu e se sucedeu na sua manutenção o grupo terrorista Al-Qaeda? E como se deu a difusão transfronteiriça das práticas e ideias do grupo?”. Estipulando-se a seguinte hipótese ao início dessa pesquisa que os processos que envolviam ao surgimento e manutenção, seriam semelhantes àqueles pelo que passavam os movimentos sociais, de cunho mais democráticos. E que no tocante a difusão, ela se daria semelhantemente aos movimentos sociais transnacionais, também de características mais emancipatórias e humanitárias.

Como objetivo específico tinha-se proposto, primeiramente, a identificar quais teorias dentro das SMT estariam habilitadas a desenrolar a pergunta de pesquisa, como foi demonstrado no capítulo 2 que seriam as abordagens tripartite (recursos de mobilização, oportunidades políticas e *framing*) e a perspectiva transnacional dos movimentos sociais, pois que essas duas teriam como propósito exatamente a explicação do que levaria o nascimento de um grupo, como isso acontecia e como ele manteria e como ele se difundia. O segundo objetivo específico tinha se proposto a demonstrar aplicações já realizadas no contexto das SMT que envolviam violência política. Demonstração essa feita na terceira seção do capítulo 2, deixando evidente que a violência política poderia ser tratada por essas teorias desde que especificada como um meio de protesto. Já o terceiro e último objetivo específico era aplicar as SMT ao fenômeno escolhido: a Al-Qaeda que se perpetrou no último capítulo. Enfim, traçou-se como objetivo geral e mais abrangente, explicar a emergência, a manutenção e a difusão do grupo Al-Qaeda, que ficaria mais evidente no terceiro capítulo deste trabalho.

Nesse sentido, conseguiu-se como resultados, que a emergência envolveu processos político maiores, que produziram oportunidades para que os participantes da Al-Qaeda se mobilizassem entre eles: a Revolução Iraniana, a Guerra do Afeganistão, a invasão do Kuwait, a expulsão de bin Laden de sua terra natal, a aliança dos Estados Unidos com países Árabes e os elos forjados entre a Al-Qaeda e outros grupos militantes, governos, figuras proeminentes.

De igual maneira, os discursos e justificativas escolhidos e construídos pela organização, de forma que ecoassem eventos históricos, a realidade vivida no mundo árabe, a cultura e a religião, permitiram que seguidores e participantes pudessem se unir por uma causa comum. Assim como o uso de uma ideia simples e pujante: de infiéis contra crentes. Criando-se assim, a organização terrorista que conhecemos hoje.

Foi de igual importância para o grupo e sua sobrevivência, o recrutamento de militantes de várias partes de mundo; o sopro de vida dado por bin Laden e pessoas próximas; os financiamentos tanto provenientes de rendas pessoais, quanto doações de organizações e

recursos advindos de atividades ilícitas; a comunicação sofisticada e inteligente usando os potenciais da internet ao máximo; a profissionalização da rede terrorista, com seus cargos e funções específicos trazendo maior operacionalidade a organização; e, por fim, a estrutura da organização que se adaptou de uma hierarquia mais rígida, quando se precisava de um controle maior do todo, à uma rede difusa, com menor contato entre as células, mais ligada por uma causa e objetivos comuns, além da figura de um líder espiritual, Osama bin Laden.

Finalmente, apesar de ter-se convicções que Al-Qaeda tenha passado por mais uma forma de difusão de suas práticas e ideias, pode-se ter evidências de dois tipos específicos através da sua operação do 11 de setembro. Um que envolvia a dispersão mais comum de um grupo que é atravessar as fronteiras de seu país de origem, mas também uma menos comum, de um *framing* global, que permitiu que participantes vindos de mais de 4 países, se sentissem tocados pela causa *jihadista* e manifestaram através da violência política suas queixas e demandas contra a intervenção americana em solo sagrado e contra os regimes ilegítimos, infiéis e corruptos que infestavam os países árabes.

Cumprir notar, que essa investigação foi também importante, por não tratar um fenômeno como o terrorismo como um monólito, algo dado e absoluto, mas como um processo, algo contingente. Conforme os constrangimentos sistêmicos e internos vividos pela Al-Qaeda ela foi se adaptando e se alterando para garantir sua sobrevivência e o cumprimento de seus objetivos. Tem-se como exemplo, a forma como a organização alterou a sua estrutura, partindo de uma hierarquia rígida e militarizada, para uma rede informal, em que ela funcionaria muito mais como um ponto aglutinador devido muito mais aos seus ideais comuns e ideologia. Também se fica registrado, mesmo que brevemente, como a Al-Qaeda migrou de alvos mais próximos para alvos mais distantes.

Inclusive, ao pensar-se numa Al-Qaeda fluída e contingente, permeada por processos políticos, de recursos e discursivos, pode ajudar na tarefa do contraterrorismo. Conforme acredita Oberschall (2004), as estratégias dessa forma, poderiam ser mais preventivas que paliativas.

Da mesma forma, demonstrar como um organização não-estatal conseguiu angariar sua influência na política internacional é no mínimo interessante ao escapar do senso comum estadocêntrico das RI.

Infelizmente, variados desenvolvimentos da organização que foram percebidos durante essa pesquisa, incluindo a mudança de alvos, o motivo do uso da violência política, se ela foi eficaz ou não em suas demandas, como aconteceram as outras formas de internacionalização citadas rapidamente, ficaram fora do escopo dessa pesquisa, mas possuem

grande potencial para investigações posteriores. Acredita-se profícuo também, o estudo através das lentes das SMT de outras organizações terroristas, o que já vem sendo instigado por pesquisadores como McAdam, Tarrow e Tilly (2009), assim como pesquisas comparativas nessa área que contribuam no enriquecimento desse arcabouço teórico e das ciências sociais. Afinal, o radicalismo político e ideológico não sumirá tão cedo e por isso é bom entendê-lo. Como explica Oberschall (2004, p. 35) “Tolerance took many centuries to become institutionalized in the West and grew from very fragile roots. It will take a long time elsewhere as well”, somado ao fato que, para Bartolo (2011), a Al-Qaeda possa não ter mais tanta influência como organização, mas como *ethos* normativo ela é ainda é perigosa, vê-se como imprescindível o estudo dessa área.

Lamenta-se da mesma maneira, a dificuldade que é realizar uma análise científica rigorosa de um grupo clandestino e marginalizado como esse, tendo que se sustentar em documentações em sua maioria, indiretas e imprecisas.

REFERÊNCIAS

- AL-JAZEERA CENTER FOR STUDIES. *Al-Qaeda in Hot Spots*. [S.l.: s.n.], Fev.2010.
- AMAECHEI, Kingsley Ekene. *A Comparative and Social Movement Study of Boko Haram and MEND*. 2013 Dissertação (Mestrado). Religion, Society and Global Issues. Norwegian School of Theology.2013. 120 f.
- BARTOLO, Romain. Decentralised Leadership in Contemporary Jihadism: Towards a Global Social Movement. *Journal of Terrorism Research*, v. 2, n. 1, p. 1–19, 2011.
- BBC. The 9/11 terrorist attacks. [s.l.] 2017. História. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/events/the_september_11th_terrorist_attacks>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- BEASLEY, Maya. Terrorism as Social Tactic Theory, Mobilization. In: FENSTERMACHER, LAURIE *et al.* (Org.). . *Protecting the Homeland from International and Domestic Terrorism Threats: Current Multi-Disciplinary Perspectives on Root Causes, the Role of Ideology, and Programs for Counter-radicalization and Disengagement*. [S.l.]: TOPICAL STRATEGIC MULTI-LAYER ASSESSMENT (SMA) MULTI-AGENCY AND AIR FORCE RESEARCH LABORATORY, 2010. p. 141–149.
- BECK, Colin J. The Contribution of Social Movement Theory to Understanding Terrorism. *Sociology Compass*, v. 5, n. 2, p. 1565–1581, 2008.
- BENFORD, Robert D; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611–639, 2000.
- BORGEN, Christopher J. A Tale of Two Networks: Terrorism, Transnational Law , and Network Theory. *St. John's Law Scholarship Repository: Faculty Publications 2008*, p. 409–433, 2009.
- BURKE, Jason. Al-Qaeda. *Foreign Affairs*, v. Mai-Jun, n. 142, p. 18–20, 2004.
- CLARKE, Richard A. NATIONAL SECURITY COUNCIL. *Annex: Strategy for Rliminating the Threat from the Jihadist Networks of Al-Qida: Status and Prospects*. . 2001.
- _____. NATIONAL SECURITY COUNCIL. *Memorandum for Condoleezza Rice - Presidential Policy Initiative/Review - The Al-Qaeda Network*. Washington: [s.n.], 2001.
- DAVIS, Rowenna. Bin Laden: the war in his words. **The Guardian**. [s.l.], 2 maio 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2011/may/02/bin-laden-war-words-quotes>>. Acesso em: 22 fev. 2017
- EDELMAN, Marc. Social Movements: Changing Paradigms and Forms of Politics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, n. 2001, p. 285–317, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3069218> Accessed:>. Acesso em 28 jan 2017
- EKMEKCI, Faruk. Terrorism as war by other means: national security and state support for terrorism. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 1, p. 125–141, 2011.

FERRARI, Alfonso Trujillo. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1982

FINNEMORE, Martha, SIKKINK, Kathryn “Taking Stock. The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics”. **Annual Review of Political Science**, vol. 4, 2001, p. 391-416.

GILLAN, Audrey. Bin Laden appears on video to threaten US. *The Guardian*, v. 23 Outubro, 2001. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2001/oct/08/afghanistan.terrorism>> Acesso em 19 fev. 2017

GUNNING, Jeroen. Social movement theory and the study of terrorism. In: JACKSON, RICHARD; SMYTH, MARIE BREEN; GUNNING, JEROEN (Org.). *Critical Terrorism Studies: A new research agenda*. Nova York: Routledge, 2009. p. 156–177.

JENKINS, J Craig. Resource Mobilization Theory and the Study of Social Movements. *Annual Review of Sociology*, v. 9, p. 527–553, 1983.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Keck-S. *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1998. p. 1–38.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational Advocacy Networks in International and Regional Politics. *International Social Science Journal*, v. 51, n. 159, p. 89–101, 1999. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/1468-2451.00179>>.

KRASNER, Stephen. Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions. In: RISSE-KAPPEN, THOMAS (Org.). *Cambridge Studies in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. v. 42. p. 257–279.

KURZMAN, Charles. Introduction: Meaning-Making in Social. *Anthropological Quarterly*, v. 81, n. 1, p. 5–15, 2008.

LEHENY, David. Terrorism, Social Movements, and International Security: How Al Qaeda Affects Southeast Asia. *Japanese Journal of Political Science*, v. 6, n. 1, p. 87–109, 2005.

LEWIS, Bernard. License to Kill: Usama bin Ladin's Declaration of Jihad. **Foreign Affairs**. [s.l.], dez. 1998. Terrorism & Counterterrorism. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/saudi-arabia/1998-11-01/license-kill-usama-bin-ladins-declaration-jihad>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. The revolt of islam. *The New Yorker*, n. 19 nov, p. 1–18, 2001. Disponível em: <www.newyorker.com>. Acesso em 03 fev 2017

LIA, Brynjar. Explaining Al-Qaida’s Continued Appeal. In: FENSTERMACHER, LAURIE *et al.* (Org.). *Protecting the Homeland from International and Domestic Terrorism Threats: Current Multi-Disciplinary Perspectives on Root Causes, the Role of Ideology, and Programs for Counter-radicalization and Disengagement*. [S.l.]: TOPICAL STRATEGIC MULTI-LAYER ASSESSMENT (SMA) MULTI-AGENCY AND AIR FORCE RESEARCH LABORATORY, 2010. p. 261–267.

LYNCH, Marc. Al-Qaeda's Constructivist Turn. **Security International: Terrorism, Homeland Security, Strategy**, Washington, 5 maio 2006, p.1-26. Disponível em: <<http://psi.praeger.com/print.aspx?d=/commentary/Lynch-20060>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MCADAM, Doug; TARROW, S.; TILLY, C. Comparative perspectives on contentious politics. In: LICHBACH, MARK IRVING; ZUCHERMAN, ALAN S. (Org.). . *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Second Edi ed. New York: [s.n.], 2009. p. 260–290. Disponível em: <http://cs5538.userapi.com/u11728334/docs/e36ddc6ff1fc/Mark_Irving_Lichbach_Comparative_Politics_Rat.pdf#page=278>. Acesso em 15 dez. 2016

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 1996a, tradução 2009. Acesso em: 29 set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 nov 2016

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Towards An Integrated Perspective on Social Movements and Revolution. Out. 1996b. p. 1–15.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2777934>> Acesso em 29 nov. 2016.

METZGER, Tobias. Social Movement Theory and Terrorism: Explaining the Development of Al-Qaeda. *Inquiries Journal/Student Pulse*, v. 6, n. 9, p. 1–14, 2014. Disponível em: <<https://www.inquiriesjournal.com/a?id=916>>. Acesso em fev. 2017

MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational Social Movements and the Globalization Agenda: A Methodological Approach Based on the Analysis of the Social Forum. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, p. 10–40, 2007.

NATIONAL COMMISSION ON TERRORIST ATTACKS UPON THE UNITED STATES. *THE 9/11 COMMISSION REPORT*, Congresso Americano. 2004.

OBERSCHALL, Anthony. Explaining Terrorism: The Contribution of Collective Action Theory. *Sociological Theory*, v. 22, n. 1, p. 26–37, 2004.

OLESEN, Thomas. Social Movement Theory and Radical Islamic Activism. *Centre for Studies in Islamism and Radicalisation*, n. May, p. 7–35, 2009.

PALLISTER, David. Chilling call to arms. *The Guardian*, v. 13 setembr, 2001. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2001/sep/13/september11.usa20>>. Acesso 20 fev. 2017

PORTA, Donatella Della. Research on Social Movements and Political Violence. *Qualitative Sociology*, v. 31, p. 221–230, 2008.

_____. SOCIAL MOVEMENT STUDIES AND POLITICAL VIOLENCE. *Centre for Studies in Islamism and Radicalisation*, n. Set., p. 5–30, 2009.

PORTA, Donatella Della; TARROW, Sidney. Transnational Processes and Social Activism: An introduction. In: DELLA PORTA, DONATELLA; TARROW, SIDNEY (Org.). *Transnational Protest & Global Activism*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2005. p. 1–20.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1998.

RABASA, Angel *et al.* *Beyond al-Qaeda: The Global Jihadist Movement*. U.S. AIR FORCE. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2006. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/1468-2451.00179>>.

RISSE-KAPPEN, Thomas. Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions. *Cambridge Studies in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a. v. 42. p. 3–36.

_____. Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions. In: RISSE-KAPPEN, THOMAS (Org.). *Cambridge Studies in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995b. v. 42. p. 280–313.

ROGERS, Paul. Terrorism. In: WILLIAMS, Paul. **Security Studies: An Introduction**. London & New York: Routledge, 2008. Cap. 12. p. 171-184.

SCHILD, David. **Constructivism as basis to understanding transnational terrorism: the case o Al-Qaeda**. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Polirts, Faculty Of Humanities, Universidade de Johannesburg, Johannesburg, 2011. Disponível em: <<https://ujdigispace.uj.ac.za/bitstream/handle/10210/4228/Schild.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SCHWEITZER, Yoram. Trends in al-Qaeda and Global Militant Jihad Activity. In: FENSTERMACHER, LAURIE *et al.* (Org.). *Protecting the Homeland from International and Domestic Terrorism Threats: Current Multi-Disciplinary Perspectives on Root Causes, the Role of Ideology, and Programs for Counter-radicalization and Disengagement.*: TOPICAL STRATEGIC MULTI-LAYER ASSESSMENT (SMA) MULTI-AGENCY AND AIR FORCE RESEARCH LABORATORY, 2010. p. 55–67.

SUTTON, Philip W; VERTIGANS, Stephen. Islamic “new social movements”? Radical Islam, al-qa’ida and social movement theory. *Mobilization: An International Journal*, v. 11, n. 1, p. 101–115, 2006.

TARROW, Sidney. Chapter 1: Introduction. *The New Transnational Activism*. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 1–15.

_____. National Politics and Collective Action: Recent Theory and Research in Western Europe and the United States. *Annual Review of Sociology*, v. 14, p. 421–440, 1988.

_____. TRANSNATIONAL POLITICS: Contention and Institutions in International Politics. *Annual Review of Political Science*, v. 4, p. 1–20, 2001.

THE GUARDIAN. “Muslims have the right to attack America”. v. 11 Novembr, 2001. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2001/nov/11/terrorism.afghanistan1>> Acesso em 19 fev. 2017

_____. Downing Street releases new terror evidence. [s.l.], p. 0-0. 14 nov. 2001a. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2001/nov/14/afghanistan.terrorism18>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

THOMPSON, Simon. Review: The New Transnational Activism. *Dissent Magazine*, v. Autumn, p. 115–119, 2006.

WITHNALL, Adam. Osama bin Laden issued a chilling pre-warning of 9/11 attack 'plan', al-Qaeda audio tapes reveal. **Independent**. [s.l.]. 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/americas/osama-bin-laden-issued-a-chilling-pre-warning-of-911-attack-plan-al-qaeda-audio-tapes-reveal-10459142.html>>. Acesso em: 22 fev. 2017.